



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Josiane Ribeiro Freitas

A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA CONJUGAL E SUAS INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Palmas – TO

2019

Josiane Ribeiro Freitas

A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA CONJUGAL E SUAS INFLUÊNCIAS
NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. M.e Cristina D'Ornellas Filipakis

Palmas – TO

2019

Josiane Ribeiro Freitas

A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA CONJUGAL E SUAS INFLUÊNCIAS
NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof. M.e Cristina D'Ornellas Filipakis

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.a M.e. Cristina D'Ornellas Filipakis

Orientadora

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a M.e. Ruth do Prado Cabral

Centro Universitário Luterano de Palmas

Prof.a M.e. Thaís Moura Monteiro

Centro Universitário Luterano de Palmas

Palmas – TO

2019

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que participaram dessa pesquisa, assim como a todas as mulheres que lutaram e lutam por uma vida sem violência. Dedico também a todas as pessoas que lutam pacificamente por um mundo livre de violências contra as mulheres que é um direito humano de todas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me sustentado com sua graça ao longo desses anos, pela saúde, pela sua palavra que me ajudou nos momentos difíceis e me deu forças para vencer os momentos em que eu imaginei que não conseguiria.

Agradeço à minha querida mamãe Josilene Ribeiro de Brito Freitas. Eu não teria conseguido sem sua ajuda, afeto e companheirismo, muito obrigada por tudo, por sempre acreditar em mim, não tem dinheiro que pague o que a senhora faz. Eu te amo para sempre!

Ao meu querido papai, Agenor Almeida de Freitas. Sempre me proporcionou o melhor colo, os melhores ensinamentos, e os melhores bordões como: “ Bom dia pretinho do papai” “Jô minha filha, levou o almoço?” parece pouco, mais independente do que acontecesse, do quão insegura eu me sentisse, eu sabia que quando chegasse em casa o senhor estaria lá, me esperando pra chamar todo mundo e dizer “ Chegou o ‘pretinho”. Obrigada Papai, te amo!

Quero com todo meu coração, e com muito amor agradecer a minha orientadora Cristina Filipakis. Inúmeras vezes fui para a supervisão só para te ver, pois sabia que quando entrasse naquela sala, você estaria lá, para me receber com todo esse carinho e empatia que tem para com suas filhas sistêmicas. Obrigada por toda atenção, dedicação, incentivo e apoio na realização deste trabalho. Obrigada por me proporcionar afeto e segurança. Você mora no meu coração.

Agradeço aos meus irmãos insuportáveis, Marcos Alexandre Ribeiro Freitas e Rebeka Ribeiro Freitas. Vocês são meus melhores amigos, e meus maiores exemplos de cuidado. Amo vocês!

Agradeço imensamente aos meus avós, tios, tias e primas por todo carinho e confiança ao longo desses anos. Eu amo todos vocês.

Agradeço a minha amiga irmã Geovanna Gomes de Moraes. A você amiga meus mais sinceros muito obrigada, por todo companheirismo ao longo desses anos, por todas as caronas, pelos vários momentos marcantes e inesquecíveis, de luta, vitória, e grandes conquistas. E antes que eu esqueça SOCORRO JOSIANE rs. Amo você.

Agradeço também as minhas queridas amigas: Beatriz Gonzaga, sempre comigo, uma amizade que nasceu no ensino médio, minha irmã de outra mãe, obrigada pelo companheirismo de sempre amiga. As minhas amigas de infância Fernanda Teixeira, Amanda Guilhão, Gerlaine e Gerleine Clemente, a vocês o meu mais intenso amor e gratidão, que a vida nos mantenha sempre assim; juntas e unidas.

Quero agradecer a duas irmãs que a melhor abordagem me deu, a você Keyla Ferreira, uma amizade verdadeira e sincera, você é tão especial na minha vida, eu te admiro tanto, muito obrigada amiga, eu sei que eu posso contar contigo sempre e você comigo. A minha irmã gêmea Talita dos anjos, como você se tornou importante na minha vida, como pode duas pessoas ter tantas histórias em comum rs, você é um exemplo para mim irmã. Te amo.

Ao meu chaveirinho Rafaela Martins, aonde você esteve durante esse tempo garota, como não te conheci antes, como isso é possível, nos conhecemos um ano antes de terminar e eu sinto um amor tão grande por você. Obrigada pelo afeto, cuidado e carinho.

Quero agradecer a Prof.a M.e. Thaís Moura Monteiro que além de estar na minha banca, é minha supervisora do campo externo. A você Thaís, só muita gratidão, contigo aprendo a ressignificar de maneira positivas as situações que saem do campo do ideal para o real. Obrigada, pela contribuição em melhorar essa pesquisa. Você está no meu coração.

A minha querida professora Ruth que me deu dicas valiosas de como melhorar esse trabalho, com você professora aprendo sobre amor próprio, sobre como combater e vencer a gordofobia aprendo que não preciso me encaixar nos padrões estereotipados da sociedade, e que não importa o que digam, eu sou uma GORDA linda sim.

Não posso deixar de agradecer à todas as minhas irmãs sistêmicas que somam de maneira tão positiva no meu conhecimento e pensamento sistêmico. Eu tenho orgulho de vocês; Aline Figueiredo, Amanda Evem, Adrielly Martins, Evely Silva, Gleycielle Magalhães, Paula Beatriz, Talita dos anjos, Keyla Ferreira, Gabriela Gomes, Esther Cabral e Joice Reitz.

Por fim, meu muito obrigada à Coordenação de Psicologia, na pessoa da Coordenadora Prof.a Dra Irenides Texeira e Coordenadora Adjunta Prof.a M.e. Cristina D'Ornellas Filipakis pela excelência no atendimento, por toda dedicação e carinho para com todos os alunos.

RESUMO

FREITAS, Josiane Ribeiro. **A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA CONJUGAL E SUAS INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES**. 2019. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Psicologia. Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2019.

O presente trabalho apresenta uma pesquisa com as mulheres que se encontram ou que já estiveram em algum momento de suas relações conjugais em uma situação de violência e que como decorrência da agressão se encontram em processo de acompanhamento psicológico no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI). Este estudo visa compreender as transformações que ocorreram ao longo do tempo da relação ao vínculo conjugal que unem ou separam os casais mediante aos problemas e as diferenças que surgem, com intuito de identificar através da transgeracionalidade se as causas dessa progressão da violência fazem parte dos componentes psíquicos que perpassam as histórias familiares e estão presentes nas gerações. A fim de entender essas problemáticas, surgiu interesse em compreender os processos que operam mediante a transmissão psíquica transgeracional da violência conjugal levando os indivíduos a repetir padrões de comportamento relacional marcado e estruturado pela violência. Em consonância com o que se pretende investigar, esta pesquisa caracterizou-se com natureza qualitativa, direcionada à pesquisa de campo, com universo direcionado a mulheres que fazem acompanhamento psicológico em uma clínica escola de psicologia. Os instrumentos escolhidos para compor a investigação deste trabalho foram: entrevista semiestruturada, que possui propriedades e indagações necessárias que se alicerçam ao conteúdo da investigação, e que possibilita novas informações acerca do que foi respondido pelas participantes, e o genograma, que consiste em um instrumento que tem como propósito organizar os dados referentes à família e representá-los graficamente, identificando os processos de relacionamentos e de triângulos relacionais. O universo desta pesquisa foi formado por 3 (três) mulheres de idades entre 34 e 53 anos, com ensino superior completo. Como resposta ao problema de pesquisa, os resultados possibilitaram identificar que a transgeracionalidade da violência nas relações conjugais afetou significativamente de modo a provocar problemas de saúde, baixa autoestima e conflitos familiares entre pais e filhos.

Palavras-chave: Transgeracionalidade, Violência Conjugal, Conjugalidade, Genograma

ABSTRACT

FREITAS, Josiane Ribeiro. **THE TRANSGENERATIONALITY OF CONJUGAL VIOLENCE AND ITS INFLUENCES IN FAMILY RELATIONS**. 2019.66 f. Course Completion Work (Undergraduate) - Psychology Course, Lutheran University Center of Palmas, Palmas / TO, 2019.

The present study presents a research with individuals who are or have been at some point in their marital relations in a situation of violence and that as a result of the aggression are in the process of psychological monitoring in the Psychological Service (SEPSI). This study aims to understand the changes that have occurred over time in relation to the marital bond that unite or separate couples through the problems and differences that arise, in order to identify through transgenerationality if the causes of this progression of violence are part of the components psychics that pervade family histories and are present in the generations. In order to understand these problems, interest arose in understanding the processes that operate through the transgenerational psychic transmission of conjugal violence, leading individuals to repeat patterns of marked and structured violence. In accordance with what intends to investigate, the methodology to be used will be applied, with a qualitative nature, directed to field research, with a universe directed to individuals who follow psychologically in a clinical school of psychology. The instruments chosen to compose the research in question were the semistructured interview that has the necessary properties and inquiries that are based on the content of the research, and which provides new information about what was answered by the participants. In short, this research aims to enable this theme of transgenerationality and conjugal violence to grow in academic journals, allowing a better understanding of the aspects derived from this problematic. The universe of this research was formed by 3 (three) women between the ages of 34 and 53 years, with complete higher education. As a response to the research problem, the results made it possible to identify that the transgenerationality of violence in marital relationships significantly affects the functionality of the family units of the study participants. In addition, it was observed that the theoretical aspects described on the modalities of violence are present in the daily life of the women in the sample.

Keywords: Transgenerationality, Conjugal Violence, Conjugality, Violence, Genogram

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONJUGALIDADE E SUAS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES	13
3 TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA NO SISTEMA FAMILIAR	18
4 A VIOLÊNCIA E SEU PAPEL NAS RELAÇÕES.....	23
4.1 VIOLENCIA CONJUGAL	28
4.2 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR.....	31
5 METODOLOGIA	34
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
6.1 ACREDITAR NA MUDANÇA DO PARCEIRO.....	38
6.2 PAPEL DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....	41
6.3 MARCAS CORPORAIS E DANOS A SAÚDE.....	44
6.4 TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA E DO AFETO.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES.....	62

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Sant'Anna e Penso (2016) as concepções de violência na relação conjugal se apresentam, tanto na literatura quanto no ambiente jurídico e social, a partir de diferentes expressões, tais como violência de gênero, violência intrafamiliar e violência doméstica.

A violência de gênero se refere às relações de violência entre homem e mulher, mas também, entre dois homens ou até duas mulheres, a violência intrafamiliar está relacionada com a violência de um ou mais membro da família nuclear em oposição a outro, por sua vez, a violência doméstica está em sua maioria relacionada a relação conjugal, aonde um desses cônjuges exerce poder de imposição e hostilidade sobre o outro (SANT'ANNA; PENSO, 2016).

A transmissão psíquica transgeracional, principal temática desse estudo, corresponde a uma herança aonde o indivíduo é sucessor e adquirente do que é transmitido. Já a transgeracionalidade da violência conjugal é uma ocorrência emaranhada e complexa que está diretamente relacionada aos modos que os indivíduos recebem tais informações em suas famílias de origem. A transferência psíquica da violência por meio das gerações ocorre, pois, o caminho percorrido pela família de origem consiste em um legado que seus membros recebem ao inserirem-se na história do grupo familiar (ibid.,).

E que ao visualizar ocorrências de violência familiar provenientes de um ambiente saturado de apreensão, hostilidade, agressividade, rigidez, de padrões impetuosos e intensos em que a aplicação do uso de autoridade sobre o semelhante é uma constante, os membros desse sistema poderão reproduzir tais comportamentos em outras formas de relações sociais, principalmente em suas relações conjugais (ibid.,).

Segundo as autoras Falcke e Féres-carneiro (2011, p. 80)

Ninguém cria inteiramente uma nova história, mas se inclui em uma já existente que vem sendo marcada e traçada pelas antigas gerações. Sendo assim, as experiências na família de origem são tidas como base das relações futuras, influenciando desde sua escolha conjugal até o tipo de relacionamento que os casais constroem.

Os impactos decorrentes da violência conjugal e da perpetuação dela configuram-se como um dos fatores que afetam a saúde dos seus membros tanto antes, quanto depois das ocorrências de violência.

Verifica-se que diversas abordagens teóricas buscam compreender a sequência de violências nas relações conjugais, e declara a existência de uma multiplicidade de fatores predisponentes que sustentam as situações de violência e que tais fatores além de

transgeracionais podem ser emocionais, cognitivos, biológicos, sociais e comportamental o foco está na relação violenta estabelecida na díade de maneira interacional, através de um processo progressivo (FALCKE; FÉRES-CARNEIRO, 2011).

Segundo estudos populacionais (ROLIM; FALCKE, 2017), a escala tática de conflitos-CTS que é um instrumento utilizado em entrevistas com casais apontam que homens e mulheres em relacionamentos amorosos iniciam e praticam atos de violência em proporções semelhantes e que não existe um único indivíduo que seja mais agressivo, ou mais impositor, isso porque em um outro momento e em outro contexto esses mesmos indivíduos homens e mulheres se apresentam como vítimas e perpetradores da violência.

Portanto, faz-se necessária atenção para as diversas formas de manifestação da violência na conjugalidade, a severidade da sua ocorrência, bem como as repercussões para o sistema familiar como um todo, com foco nos danos causados nos membros mais próximos, as consequências negativas da violência não são apenas para quem sofre, mas também para as que testemunham (ibid.,).

Neste sentido, o impacto da violência conjugal transborda em toxicidades para além dos envolvidos, incluindo sobremaneira os filhos deste casal que apresenta dificuldades relacionais. Ainda que o paradigma da reiteração parental violento seja um fator predisponente para a continuidade de uma relação conjugal conflituosa não é uma condição definitiva para sua ocorrência. Isso retrata que nem todas as pessoas que tiveram vivências de agressão no ambiente familiar de origem serão violentas em seus relacionamentos íntimos e nem todos os sujeitos que praticam violência possuem narrativas de violência e agressão na família de origem (COLOSSI; MARASCA; FALCKE, 2013).

Esse trabalho pretende compreender o processo transgeracional da violência conjugal existentes na conjugalidade, juntamente com os impactos que vão de encontro ao sistema familiar. Pretende ainda descrever o modo dos indivíduos visualizarem esses relacionamentos nas suas famílias de origem, supõe-se então que estes indivíduos tendem a repetir tais comportamentos na sua relação conjugal, o que influencia diretamente na funcionalidade da dinâmica familiar.

Visando responder a esse questionamento o objetivo geral desse estudo têm como intuito identificar os processos que operam mediante a transmissão psíquica transgeracional da violência conjugal levando os indivíduos membros do sistema familiar a repetir padrões de comportamento relacional marcado e estruturado pela violência. Para chegar nesse propósito, os objetivos específicos visam descrever como a violência se expressa no ambiente familiar, identificar a fundo o fenômeno que perpetua as dimensões da violência conjugal a fim de

entender as diversas extensões decorrentes da transgeracionalidade e reconhecer como a violência interfere na funcionalidade das relações familiares.

A importância desse estudo abrange aspectos sociais, acadêmicos e pessoais, diante das seguintes razões: A existente dificuldade de dados que apontem a violência conjugal na mesma proporção tanto para homens quanto para as mulheres, os dados que se obteve a partir das pesquisas mostram que segundo o Conselho Nacional de Justiça, (CNJ, 2018), mostram que ao final do ano de 2017, uma em cada cem mulheres abriu uma ação judicial por violência doméstica tendo como agressor seu cônjuge.

Em 8 de março de 2017, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assinou a PORTARIA N. 15, DE 8 DE MARÇO DE 2017, que institui a política judiciária nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres no poder judiciário e dá outras providências. Ainda segundo os dados, os inquéritos provenientes da violência doméstica e familiar contra a mulher apresentou estatísticas altas no estado do Rio Grande do Sul, seguindo com 9,5 inquéritos a cada mil mulheres, de acordo com o porte dos tribunais em 2017. No ano de 2016 os tribunais totalizaram 195.038 medidas preventivas contra seus parceiros.

Com base nesses dados, compreende-se que a violência conjugal afeta significativamente a dinâmica do casal e das suas famílias, uma vez que em sua maioria as mulheres são as maiores vítimas. De acordo com Organização Mundial de Saúde (2012), uma em cada 4 mulheres são vítimas de abusos sexuais de seus cônjuges, e que metade das mulheres morrem por homicídio por estes, a violência entre casais inclui atos de agressão física, abuso psicológico, atos sexuais forçados e comportamentos que impeçam a vítima de ter acesso a ajuda.

A agressão decorrente da violência, não deixa apenas sequelas psicológicas entre os casais, entretanto deixa diversos agravos, tais como traumatismos, problemas gastrointestinais, depressão e ideações suicidas. Os especialistas da Organização Mundial da Saúde (2012), explicam que tal comportamento provém de antecedentes de violência familiar, e que existe uma evidente relação entre o consumo de bebida alcoólica e a violência.

Mediante o que foi apresentado infere-se a relevância do tema, sua complexidade e a escassez de estudos disponíveis, que conduzem a necessidade de novas pesquisas, bem como estudos que identifiquem as taxas de violência conjugal, com o intuito de esclarecer os mecanismos envolvidos no surgimento da perpetuação da agressão.

2 A CONJUGALIDADE E SUAS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES

Na atualidade, a conjugalidade está sendo redefinida, através das muitas transformações sociais, financeiras e políticas. O que ocorre é que, por volta do século XIX, os matrimônios eram pautados por razões financeiras. Nesse período, o namoro e o noivado eram curtos, pois existia voracidade em unificar os pretendidos e suas perspectivas famílias (CAMPOS; COMIN; SANTOS, 2017).

Esses acordos iniciaram-se com as casas monarcas, provenientes da nobreza, que possuíam supremacia sobre a população, e aos poucos se introduziram entre os âmbitos centralizados do corpo social, e então as uniões passaram a se estabelecer através do casamento (ibid.,).

Essas uniões eram importantes, pois intermediavam as propensões dos pais dos noivos, e do estado em virtude das alianças firmadas entre as famílias, estabeleciam-se as relações diplomáticas e os tratos econômicos, bem como a perpetuação das posses dos mesmos. Então, pode-se afirmar que tal acordo de casamento era necessário para que as famílias possuíssem bens maiores ou de tamanhos aproximados (GOMES, 2012).

Assim, as relações de casamento eram tidas como marcos decisivos na solidificação do elo que se estabelecia a partir do casamento dos indivíduos. Isso porque a conjugalidade estava associada a um ciclo importante para os que almejavam construir uma nova família (GOMES, 2012).

Ao consolidarem os pretendidos, as heranças familiares, as características singulares de cada um e o contexto em que estavam se solidificavam com mais força. Sendo assim, a união entre as pessoas simbolizava a concretização dos modelos tradicionais existentes em determinados momentos da sociedade (GOMES, 2012).

Na perspectiva tradicional que sustentava os matrimônios, os cônjuges deveriam evitar oposições durante o processo conjugal com intuito de minimizar as desigualdades presentes. Para esses, a relação deveria ser uma sucessão, da mesma relação que os seus pais tiveram (OLIVEIRA, 2012).

Sabe-se que tal paradigma estava debaixo de um utópico imaginário social, que se contrapõe com a realidade que se passa na contemporaneidade, na qual oposições e convicções divergem ao longo do vínculo estabelecido (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Comin e Santos (2013), Dessen e Braz (2005) e Torres (2004), com o percorrer dos anos os paradigmas foram rompidos e a fraternidade movimentou-se como ponto principal para a conjugalidade, e na modernidade, está destacada como unidade primordial para sua conservação.

Sabendo então, que a fraternidade é primordial para o matrimônio e também para a composição da família, as interrogações relativas a posses e a delegação familiar permanecem a rodar nessa conjuntura. Isso demonstra que mesmo com as várias alternâncias, ainda existem inúmeras famílias que funcionam em conformidade com os modelos tradicionais (NETO, 2010).

Segundo Oliveira (2012), a conjugalidade é compreendida de maneira ampla, pois adequa-se com a composição e vinculação de duas ou mais pessoas, independentes, com seguimento de uma terceira unidade as quais são a junção dos mesmos, que constitui o “nós” da relação. Já a união conjugal indica particularidades de uma estruturação congruente, amorosa e psicológica, pois trata-se da convivência e privacidade do casal, bem como o modo como estes se relacionam e convivem.

Segundo Féres-Carneiro e Neto (2010), na perspectiva sistêmica, a estruturação do vínculo conjugal é um processo difícil, pois, cada indivíduo, ao se inserir nessa relação, experimenta uma alteração de sua realidade individual. Esta alteração ocorre porque os cônjuges constroem particularidades que levam a identidade conjugal, estabelecida através das trocas provenientes do companheirismo.

De acordo com Comin e Santos (2013), as particularidades históricas e globais que são provenientes da cultura em que os indivíduos estão imersos, influencia de modo direto na dinâmica do casal, a começar pela escolha do cônjuge até a concepção da trajetória percorrida pelo casal.

Ainda de acordo com Comin e Santos (2013), o vínculo estabelecido proveniente da união conjugal requer dedicação, habilidade, disposição e tempo dos que estão envolvidos. Isto porque, quando tais indivíduos decidem dividir suas vidas, são indispensáveis as alterações e reorganizações na nova dinâmica que se pretende estabelecer.

É necessário compreender que transformações importantes vêm decorrendo pela multiplicidade dos padrões de conjugalidade. Em destaque, tem-se a repercussão progressiva das ligações conjugais, marcadas pela não necessidade da formalização do relacionamento. Este é um marco oposto às referências tradicionais em que se acreditava que, ao formalizar a relação, esses indivíduos passavam a ser respeitados e vistos pelo corpo social, já que agora ambos pertenciam às mesmas famílias (COMIN; SANTOS, 2013).

Outro aspecto importante da atualidade é que o matrimônio resultou de uma opção singular na conjugalidade contemporânea. Se antes aparecia como uma experiência comum, já que esses indivíduos precisavam se casar para obter visibilidade social ilusória, na época atual

é marcada como substancial, ou seja, a relação só é estabelecida e oficializada pelas partes caso ambos decidam que é importante (COMIN; SANTOS, 2013).

As diferenças provenientes da construção psíquica que cada cônjuge obtém das suas famílias de origem podem, em certos momentos, unir ou distanciá-los no percorrer da dinâmica conjugal. Tal habilidade de adaptação e de ressignificação dependerá de quanto estes estão dispostos a se esforçarem, para juntos criarem estruturas de adaptação e interação com propósito de favorecer o desenvolvimento, a autonomia e a satisfação de um para o outro no relacionamento (COMIN; SANTOS, 2013).

Casais que se dedicam a atividades e momentos voltados exclusivamente para a conjugalidade, tendem a intensificar a relação já que ocorre uma doação de ambos em prol do contentamento pessoal e sexual. Também contribuem para manter de maneira harmônica a melhoria do relacionamento, uma vez que essas ações fortalecem até mesmo a parentalidade, o que estabelece o apego seguro entre seus filhos (HAMEISTER, 2015).

Para Féres-Carneiro (1998), as maiores dificuldades existentes do vínculo conjugal, estão relacionadas com a perda da individualidade e perda da dinâmica. Isto está relacionado ao fato existente entre duas singularidades opostas que vivenciam experiências diferentes, duas visões de mundo opostas, duas histórias de vida, individualidades que, na relação em que são estabelecidas, partilham da mesma conjugalidade.

Por muito tempo, a única forma de conjugalidade reconhecida se dava através das uniões heterossexuais. Durante o golpe do estado, que ocorreu em 1889, se instaurou a configuração republicana presidencial do governo no Brasil, que ocasionou o rompimento da monarquia parlamentarista do império, exonerando o patriarca do estado, levando à separação entre o estado a basílica (COMIN et al., 2015).

Nessa época, então, levantou-se a necessidade de o estado reconhecer a família constituída por homens e mulheres. Por muito tempo a única configuração familiar reconhecida era aquela que era oficializada e formada por intermédio do casamento. Cumpria-se o modelo de conjugalidade que era imposto pela sociedade, sendo a mesma estruturada por uma conjuntura matrimoniada, heteronormativa e monogâmica. Tal configuração tinha o intuito de organizar a corporação basílica, pois a união conjugal era entendida como a base do estado (ibid.,).

Segundo Faria (2008), faz-se necessário evitar a palavra conjugalidade, pois a mesma está longe de ser uma definição pronta e acabada. Sendo assim, a conjugalidade deve ser considerada modelo e categoria social em construção, cuja forma se ajusta em conformidade com o momento histórico de sua existência, e que apesar de existirem alguns modelos

considerados “padrões”, outros modelos coexistem e não são menos importantes. É necessário ter em vista que as uniões homoafetivas situam-se de forma mais aberta na atualidade, como uma das unidades de conjugalidade.

As características conjugais homossexuais, segundo Oliveira (2012), expressam decisivamente no instante em que os casais são amparados e respeitados em suas conjugalidade. Porém, ocorre que, na maioria das vezes, as famílias demonstram insensibilidade e preconceito, revelando suas incapacidades de proporcionar proteção e assistência para um dos seus membros, o que não permite a esses indivíduos uma rede de apoio familiar.

No entanto, há singularidades a serem vivenciadas, como uma amostra constante das lutas referentes ao preconceito e aos questionamentos que são manifestos quanto à capacidade de procriação. É comum a crença de que a única maneira existente de se constituir uma família com filhos se dá a partir da preparação gestacional de uma mulher que se encontra em uma relação heterossexual (OLIVEIRA, 2012).

Considera-se, portanto, que as relações conjugais compostas por duas pessoas do mesmo sexo ou por um casal unidos por laços afetivos, sem ou com conotação sexual, merecem ser reconhecidas como unidades familiares, visto que a procriação não é elemento fundamental para a relação de tais pessoas (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Silva (2014), quando duas mulheres se unem em uma relação amorosa, existe um tempo mais curto mediante a escolha de conviver juntas, em comparação a casais de dois homens e de relações heterossexuais. Tal fenômeno ocorre porque ainda existe no imaginário estereotipado para as mulheres que essas precisam construir uma relação sólida, na qual ambas residam na mesma casa.

Assim, também existe o modelo idealizado nas relações heterossexuais. Ainda que seja um avanço, em um contexto tão opressor, mulheres enfrentarem o preconceito para construírem relações em que se sintam pertencentes no que tange à sexualidade, o processo de empoderamento e de quebra de padrões requer tempo.

Os modelos relacionais são existentes desde os primórdios, entretanto, mediante todas as dúvidas que circulam sobre essa configuração de conjugalidade, o desejo de expressar sua relação socialmente tem planteado o percurso social desses casais. Estas mudanças demonstram que cada vez mais pessoas evitam esconder suas relações afetivas, demonstrando a vontade de construir uma família (SILVA, 2014).

A conjugalidade na contemporaneidade, em comparação aos modelos de conjugalidade existentes no século XIX, surge com diferentes configurações de relações afetivas e sexuais. Nesse sentido, pode-se compreender que as perspectivas direcionadas à união entre duas

peças, independente da configuração estabelecida, foram compreendidas na modernidade (OLIVEIRA, 2012).

Nos relacionamentos conjugais, os conflitos surgem a partir do que já foi dito nos parágrafos acima, mas, cabe aqui apontar aspectos que prejudicam a funcionalidade das relações, sendo eles: problemas de comunicação, dificuldades nas resoluções dos problemas conjugais, a falta de afeto, e principalmente a coesão conjugal, juntamente com os processos transgeracionais da violência no contexto familiar (SILVA, 2014).

3 TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA NO SISTEMA FAMILIAR

As transmissões podem ocorrer de diversas formas, por isso faz-se necessário antes de tudo apresentar os conceitos, de transgeracionalidade, de intergeracionalidade e de multigeracionalidade. A **transgeracionalidade** representa os componentes psíquicos que perpassam as histórias familiares e estão presentes nas gerações, através das figuras significantes (MEDEIROS, 2014).

Através das figuras importantes ou pode ser compreendida através dos modos, aos quais se organizam ante a correlação movimentos eu, outro, passado e presente. Ela pode também ocorrer desde as linguagens que se faz presente dentro das famílias e que estabelece as comunicações no meio dos próprios componentes desse sistema sendo capaz de transmitir bloqueios, problemas e exigências e ambições (MEDEIROS, 2014).

Assim os costumes e valores estabelecido nas reproduções e nascimentos, no meio das gerações, provocam o vínculo do indivíduo com o passado, o seu enraizamento e sentimento de pertença. Isso ocorre, pois, o ambiente familiar é o primeiro que vai transmitir ao sujeito seus valores e as informações que são determinantes para a construção da personalidade (MEDEIROS, 2014).

E que por ser um sistema que contribui na subjetividade dos indivíduos esse sempre será herdeiro e prisioneiro dos elementos que foram perpetuados por suas gerações que estabeleceu dentro dos seus núcleos familiares seus comportamentos e escolhas (MEDEIROS, 2014).

Segundo as autoras Musachio e Daudt (2003), a **intergeracionalidade** indica que há passagem de conteúdos que podem ser ocasionadas por questões culturais, sociais e econômicas sem permanecer necessariamente nas seguintes, e a multigeracional sugere que ocorre um determinado envolvimento de várias gerações, sendo que estas gerações podem estar ou não ligadas diretamente.

A concepção da **transmissão multigeracional** é construída por meio dos processos afetivos, que é estabelecido através dos padrões provenientes da diferenciação do self e de fusão concomitante com o núcleo de origem que seus membros possuem e que correspondem ligação com os processos psíquicos que são transmitidos através das gerações no íntimo das famílias por meio de narrativas, mistérios, patrimônios, e rituais que podem ser manifestados de diferentes formas (NICHOLS; SCHWART, 2007).

Em seus estudos Silva (2018) pontua que os conteúdos propagados, difundidos e transportados não são entendidos e compreendidos pelas famílias, deixando resquícios nas narrativas familiares, o que leva a ser reproduzido por meio das gerações. Isso ocorre porque

esses processos transgeracionais referem-se aos legados transmitidos pelas histórias familiares de uma geração a outra, o que favorece no desenvolvimento do sujeito, por intermédio dos legados.

Para Wagner e Falcke (2001), a transgeracionalidade pode influenciar na escolha do cônjuge, porque pessoas buscam similaridades e complementaridade, fazendo referência para o encaixe entre as crenças das suas respectivas famílias, portanto, não trata apenas do passado, ela traz também os aspectos singulares da formação de suas subjetividades que dá um novo sentido a esse sistema.

Os papéis e os modos de funcionamento se repetem em um extenso espaço das gerações, isso porque as mesmas repetições acontecem pelos efeitos das memórias e das histórias dos conjuntos familiares da geração antecedente, o que se repete a mesma forma a qual as constituições familiares atuais enfrentam as circunstâncias dos fatos ocorridos nas gerações passadas (SILVA, 2018).

Em suas pesquisas Almeida (2008) afirma que os processos da transmissão da violência as mulheres que são as maiores vítimas rescrevem, não apenas suas memórias e narrativas individuais e familiares, mas a biografia coletiva daquelas que também já foram vítimas.

Compreende-se então a reiteração das referências dos modelos abusivos nas narrativas da família transcorre para os seus descendentes e sucessores visto que inúmeras genitoras não ofereceram segurança apropriada aos filhos, pois as redes as quais estão inseridas, não deram o suporte necessário para enfrentar a existência da violência (ALMEIDA, 2008).

Que então se irradiou em suas vidas e não tiveram forças para denunciar suas próprias histórias de violência, exorbitâncias, e abuso e que, portanto, se familiarizaram a conviver com elas, tal como se fossem naturais e habituadas, espelhando-se em suas representativas famílias e mães, que as não protegeram, e transferiram para seus filhos, perpetuando e sendo vítimas em suas convivências conjugais, construindo novamente o cenário familiar característico de sistemas abusivos (ibid.,).

Segundo Musachio e Daudt (2003), o pensamento sistêmico enfatiza que o comportamento presente dos sistemas familiares não pode ser propriamente compreendido somente com base em suas histórias, isso porque os modos que se organiza esse sistema são estruturados e marcados pelos vínculos determinados no meio dos integrantes do sistema uma perspectiva histórica, sistêmica.

Envolve mais do que simplesmente decifrar como uma família organizou-se a exposição de estressores passados; também significa investigar a evolução da adaptação familiar mediante

o decorrer do tempo. A esse respeito, faz-se importante identificar através do pensamento sistêmico as alianças, os triângulos e os rompimentos.

A transgeracionalidade na terapia sistêmica é entendida como uma configuração de psicoterapia que compreende os comportamentos dos indivíduos do modo que são relacionados e concernentes a conjuntura relacional em que estão inseridos, concomitante com a interpretação, compreensão e prisma da causalidade recursiva no meio de comportamentos, ações, interações e diálogos (CAMICIA; SILVA; SCHIMDT, 2016).

Destaca-se ainda ao que tange sobre o processamento da transgeracionalidade os estudos realizados por Muray Bowen a qual concede as concepções que serão apresentadas que fazem parte do processo transgeracional, segundo ele para que um sistema se encontre dentro de uma transmissão transgeracional ele perpassa bem antes todos esses conceitos que serão apresentados.

Diferenciação do self, que é o pilar essencial dos estudos da terapia familiar boweniana, se caracteriza como a aptidão em pensar frente a opressões emocionais provenientes da indiferenciação intrapsíquica a qual é construída. Ela é compreendida como a competência de distinguir sentimentos, sentidos, conceitos, opiniões e pensamentos (NICHOLS; SCHWART, 2007).

Um dos predisponentes para a indiferenciação do self nos indivíduos está relacionado com o processo afetivo dos núcleos familiares, o apego emocional, a fusão emocional, através da relação progenitora e filiação, ou pai e filhos (NICHOLS; SCHWART, 2007).

Alguns pontos contribuem para a indiferenciação do self, como a disfuncionalidade das famílias de nascimento (o mesmo que origem), o nível baixo de diferenciação com a família de origem, a insuficiência de separar sentimentos de pensamento, os sujeitos que são alvos da projeção de seus pais e conseqüentemente incluso nessas fusões, e não definições entre conjugalidade e parentalidade (NICHOLS; SCHWART, 2007).

A **triangulação** é compreendida quando duas pessoas têm conflitos e não conseguem resolver e incluem uma terceira pessoa, em resposta a ansiedade, dentro dos núcleos familiares. Tal fenômeno acontece com demasiada frequência nas famílias. O propósito da triangulação é de evitar, negar ou transferir um conflito para proteção do sistema deixando e girando em torno do terceiro elemento que passa a ter de absorver a tensão e desviar o foco do que realmente deveria ser enfrentado (NICHOLS; SCHWART, 2007).

A **transmissão multigeracional** contribui de modo significativo para a compreensão da transgeracionalidade, posto que o processamento da transmissão multi descreve os traços os esquemas familiares de geração para geração. A ansiedade faz parte do processo de transmissão

multi, uma vez que estabelece o estado afetivo, emotivo, dos filhos na terceira geração (NICHOLS; SCHWART, 2007).

Projeção representa o processo em que os progenitores exteriorizam a sua progênie o baixo grau de indiferenciação que possuem, e como resposta a essa indiferenciação, esses tornam-se produto destes modos e processo de projeção e que, portanto, possuem baixa diferenciação do self, a qual os torna mais vulnerável aos problemas (NICHOLS; SCHWART, 2007).

O **legado transgeracional** possui tanto princípios e fundamentos positivos quanto negativos, sendo assim, a transmissão pode apresentar-se sobrecarregado e repleto de questões, e aspectos de conteúdos disfuncionais (ibid.,).

Discutindo então esse conceito, o mandado transgeracional segue no interior das gerações em uma dimensão psíquica, a qual na maior parte das ocorrências se passa sobre elevação inconsciente, essas heranças recebidas constroem atribuições em conexão doados, estabelecendo vínculos pelo meio do que dá é o que recebe, sobre essa razão o legado assegura a existência não só transgeracional mas também é facilitador da sobrevivência dos sistemas (NICHOLS; SCHWART, 2007).

Consta-se, portanto, que os métodos e as causas transgeracionais resultam na idealização de conduzir os modelos e referências familiares e sociais já existentes historicamente, mesmo existindo a possibilidade de que estes modelos sejam reiterados contrariados ou reformados, de qualquer forma, cada uma dessas possibilidades parte das configurações já existentes (CAMICIA; SILVA; SCHIMDT, 2016).

A terapia sistêmica estabeleceu e perdurou, até o recente momento, privilegiando especificamente suas intervenções e pesquisas adjacentes com os núcleos familiares. Feito então, os especialistas e teóricos da terapia familiar, concernentes da perspectiva sistêmica, entendem que as práticas e ações de intervenções fundamentadas e sistematizadas dentro dessa abordagem (CAMICIA; SILVA; SCHIMDT, 2016).

Essa se diferencia e se distingue das demais por acreditar que as pessoas ou os problemas e dificuldades por eles descritos de maneira contextual, em que os padrões e princípios correlacionais e instituídos se agregam conectam no decorrer dos anos, através de ações, recursos e processos circulares, em oposição aos lineares (CAMICIA; SILVA; SCHIMDT, 2016).

Desse modo, a psicoterapia familiar sistêmica privilegia especialmente o enquadramento procedente em que o indivíduo está inserido, por considerar que para total e

completa eficácia das intervenções, tem que se considerar não apenas indivíduos, mas os sistemas a quais estão inseridos (CAMICIA; SILVA; SCHIMDT, 2016).

Assim, os processos transgeracionais existentes e presentes na transmissão psíquica, quando excedidos de modo exorbitante nas relações, podem levar ao estágio da violência tanto no campo social, como nas relações conjugais.

4 A VIOLÊNCIA E SEU PAPEL NAS RELAÇÕES

Partindo da concepção histórica da violência, Moreira e Sousa (2012) diz que esta se caracteriza como um componente que transporta os acontecimentos sociais perdurando por vários marcos de tempo. A violência é tão arcaica quanto a organização da sociedade, ela abrange definições de ação, rigidez, impulso e incitamento que torna uma decorrência da autoridade a qual é posta sobre o outro, sobre um grupo específico, ou mesmo sobre uma sociedade.

É importante ressaltar que com o passar dos anos a violência se manifestou de diversos modos, isso porque ela é representada em consonância aos moldes dos séculos e períodos da sociedade. Logo, compreende-se que nenhum corpo social está totalmente isento de violência, o que ocorre é que mediante os conflitos existentes, os indivíduos inseridos nesse grupo mostram como aprenderam a lidar com os casos de desentendimentos e inconformidades. (ibid.).

Entretanto, ao que tange aos aspectos já mencionados acima, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 27) a define como:

A violência caracteriza-se como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Ainda segundo a descrição prescrita acima, a violência está diretamente ligada com a intencionalidade, por mais que a violência seja diferente de eventos não intencionais que ocasionam lesões, a frequência da finalidade de utilizar a força absolutamente não quer dizer que ocorreu alguma intenção com propósito de ocasionar e provocar algum agravamento, o que acontece é que pode ocorrer uma ampla discrepância entre uma conduta e atitude pretendido e um efeito almejado (ibid.,).

Os indivíduos agressores podem ser capazes de realizar e efetuar propositadamente uma conduta que por padrões objetivos são classificados com elevação de riscos e ameaças e com alta probabilidade de ocasionar implicações adversas à saúde sem considerar que tal ato pode ser prejudicial para quem é vítima, a resposta para tal situação pode ser compreendida através da perspectiva de violência a qual esses indivíduos construíram ao longo de sua existência (MODENA, 2016).

O apontamento da violência tanto no passado quanto na atualidade estará sempre em incessante ressignificação, o que antes era classificado como atitudes e comportamentos violentos obtém estruturas semânticas em conforme os progressos da contemporaneidade. Segundo os estudos inerentes da sociedade a violência se encontra arraigada às estruturas

sociais, esse surgimento percorre qualquer indivíduo independente das esferas e posições sociais em que se encontram (ibid.,).

As manifestações decorrentes da violência é meramente um artifício a qual se deseja dominar alguma coisa ou executar determinado propósito intencional. Ela não representa um final, entretanto a todo momento procura concretizar algum intento. Todavia, conforme citado acima, uma conduta e ação de tal feitio constantemente recebe algum amparo social. Em desconforme do entendimento a qual a violência é uma expressão (ibid.,).

Em desconforme do entendimento, do modo a qual se compõe a estrutura da violência, da expressão de autoridade e poder, ou mesmo que simplesmente se expressa dirigido a essa perspectiva, a autora Modena (2016), não compreende desta maneira. Para ela, na medida a qual surgem as ocorrências de violência que são veladas por alguma questão social, é possível visualizar como esse comportamento provém de uma conduta trivial, fútil planejado em oposição a alguém, mas continuamente junto com outras questões que são além da violência.

Na busca de compreender a construção da violência na existência dos indivíduos, Minayo (2010) procurou associar a relação da violência com os elementos a qual estão como predisponentes para sua existência; sua primeira hipótese é que o ato consumado da violência, é inerente da agressão que antagonico a violência, insere-se no processo de construção das propriedades inerentes da subjetividade.

Cada corpo social, no meio de tempos característicos apresentam problemas e elementos as quais favorecem a construção da violência, entretanto há proporções de violências a quais permanecem nas sociedades e que se alongam através dos tempos de modo geral. Uma das formas é a violência de gênero a qual constitui através dos papéis desiguais principalmente entre adultos em oposição a idosos, mulheres em situação de vulnerabilidade e crianças. Estas características continuam “naturalizadas” tais características de violência estendem-se por todas as gerações acontecendo em todas as épocas (NICHOLS; SCHWART, 2007).

Sendo assim, Minayo (2010) distribui as modalidades de violência que afetam a sociedade como um todo.

A primeira a qual ele se refere é a **violência estrutural**, que se refere às mais divergentes proporções das sustentações de desigualdades entre classes, etnia, gênero, a quais implementam na sustentação da pobreza, e privação de mantimentos básicos, bem como as inúmeras proporções de subalternidade e exploração de pessoas.

A existência da violência estrutural, portanto, não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida. Ela alimenta o alarde de poucos com o sofrimento de muitos, amplia as disparidades sociais, gera pobreza, cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida, “inibe a

escolha racional, favorecendo a escolha constrangida: mendicância, tráfico, delinquência. Fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e até a morte” (MINAYO, 2010).

A segunda é a **violência criminal**, que é executada por intermédio de provocação e agravo as atentando contra a vida e seus pertences. Dentro dessa especificidade de violência destacam-se as máfias que capturam pessoas na sua maior parte de vezes menores para exploração erótico, a comercialização de pessoas, trabalho escravo, comércio de entorpecentes e armas (MINAYO, 2010).

As causas eminentes que contribuem para a intensificação dessa modalidade de violência são sobretudo a degeneração dos valores morais e éticos, o aliciamento a grupos que se apoderam da posição e dos privilégios que estão para oprimir os menos favorecidos, e a impunidade causa nos indivíduos o sentimento de que estar transgredindo as leis através de qualquer delito relacionado a corrupção seja mais promissor do que lidar com as desigualdades financeiras e sociais (MINAYO, 2010).

Esses fatores produzem nas pessoas uma sensação de insuficiência, e promove o clima de pessimismo em referência aos estadistas que estão no poder, e ao governo. Contudo no cenário brasileiro na atualidade se sobressai com a apresentação de um padrão de crime organizado de fraude, e o comércio de entorpecentes, alucinógenos, estimulantes, excitantes e armas de fogo (MINAYO, 2010).

A terceira é a **violência institucional**, essa por sua vez ocorre no interior das corporações, institutos, especialmente por intermédio de normas, leis, diretrizes de trabalho e das correspondências burocráticas e políticas, seguindo as sustentações sociais abusivas, e desiguais. Faz-se necessário ressaltar que as características dessa violência intercorrem nas proporções de maneira como são ofertados, recusados e negligenciados os atendimentos públicos (MINAYO, 2010).

A exibição da violência institucional é apresentada através dos extremos procedentes pelas partículas do estado com a finalidade voltada para o destino da conservação das leis, regulamentos e diretrizes. Aquilo que o corpo social acompanha na atualidade é que a organização estatal mesmo que se disponha por completo da manifestação abusiva e repressora a qual se dá, não alcança ou consegue apaziguar as ansiedades e as angústias sociais, nem se quer estabelecer a ordem de acordo com seus padrões (MINAYO, 2010).

A quarta refere-se à **violência interpessoal** que é essencialmente um sistema de relação e principalmente de diálogo. A partir do momento que essa comunicação entre os indivíduos envolvidos sobrevém de modo prepotente, com violência, constrangimento, ameaça

discriminação, raiva, vingança produz danos morais, psicológicos e físicos, e por vezes morte (MINAYO, 2010).

Desta maneira, o que se torna violência nas relações, no convívio, na comunicação, é a incapacidade de solucionar os desentendimentos e divergências através de um diálogo saudável, da clarificação e de respeito através das perspectivas diferentes de cada pessoa (MINAYO, 2010).

E a quinta é a **violência cultural** que se manifesta por intermédio de valores, convicções religiosas e condutas reproduzidas e reforçadas ao longo do tempo que se tornaram naturalizadas. Essa categoria é apontada quaisquer proporções de violência que se tornam naturalizadas, na dinâmica de uma determinada sociedade e na linhagem e civilização de tempos divergentes (MINAYO, 2010).

Isso ocorre porque a cultura abrange o modo de pensar, sentir e agir de um corpo social, mediante a comunicação estabelecida, e da participação e da reiteração desses comportamentos. Existe uma tendência de todas as culturais em geral em assumir como correto determinados comportamentos e ações e a repugnar os demais. Essa modalidade de violência manifesta-se no primeiro momento de modo discriminativo e de intolerância que se reduzem as suas próprias crenças, afetando e martirizando e em alguns momentos até a excluir os que são considerados diferentes (MINAYO, 2010).

Nessa perspectiva muito se fala de determinados conjuntos de pessoas expostas a vulnerabilidade, entre esses indivíduos estão: os adolescentes, as crianças, idosos, casais homossexuais, indivíduos com alguma incapacidade física ou mental e cidadãos que residem nas favelas. Destaca-se três modelos desse tipo de violência a primeira dela é a violência de gênero, a segunda é a racial e a última é contra as pessoas “diferentes” todos estes demonstram a dificuldades de romper os arquétipos erroneamente considerados normais (MINAYO, 2010).

A sexta é a **violência de gênero** é estabelecida em padrões de violência, abuso, dominação, repressão, e perseguição e intransigência diante das relações de homens e mulheres, estruturalmente produzidas e reproduzidas no dia a dia a cotidianidade e habitualmente vivenciados por mulheres. Essa modalidade de violência manifesta-se de maneira dominante e está presente em todas as classes sociais, no meio de linhagens raciais, culturas e idade (MINAYO, 2010).

Entretanto sua manifestação está presente no machismo naturalizado na socialização construída por indivíduos de ambos sexos. As diferentes formas de violência, coerção e crueldade envolvem os homicídios, violação sexual, física e afetiva, emocionais, prostituição

coagida, amputação de um membro genital. Os executores na sua maioria tendem a ser membros do sistema familiar e cônjuges (MINAYO, 2010).

A sétima é a **violência racial** essa por sua vez é considerada uma das mais hediondas estruturas de violência cultural, uma vez que ao preconceito racial acontece na maior parte das vezes com as pessoas negras. Os pesquisadores conhecedores desse fenômeno apontam que em geral, essa modalidade de violência vem acompanhada pelas discrepâncias social e econômica. Por fim Minayo (2010) cita a **violência contra a pessoa deficiente** que mostra de modo é uma modalidade de violência revela de forma claro as dificuldades da sociedade em estar e cuidar com os diferentes.

Por sua vez essas indiferenças com essas pessoas levam estes a se isolarem por não se sentirem pertencentes a nenhum grupo, essa exclusão priva esses indivíduos de mostrar e progredir as inúmeras capacidades e aptidões que esses possuem. Como motivadoras desses crimes, verifica-se a influência tanto das variáveis que retratam a situação econômica desse sistema quanto daquelas de interação social e herança familiar (MINAYO, 2010).

A falta de infraestrutura das famílias e de apoio de programas que possam ajudar o menor, já nos primeiros dias de sua vida, é a carência básica de seu mais elementar direito, a alimentação. Isto já determina naturalmente o que será a criança em termos de funcionamento intelectual, vez que a subalimentação, a desnutrição na infância, comprovadamente, já o “condena” para o resto de sua vida a uma situação de inferioridade intelectual, que o levará fatalmente, a enfrentar dificuldades, que as crianças oriundas de famílias mais abastadas não enfrentarão (MINAYO, 2010).

A questão social não é a única que marginaliza essa camada da sociedade. Ao contrário outros fatores se fazem presentes, tais como a própria família da criança, desemprego de seus pais, falta de moradia, mendicância, miserabilidade, na verdadeira acepção da palavra. Como corolário, quase sempre os pais entregam-se aos vícios, principalmente o álcool (ibid.,).

A televisão tem exaustivamente mostrado, em programas policiais, que inundam as tardes de todos os dias, que a violência dos pais, contra seus filhos, é alarmante (MINAYO, 2010).

Aliada a essa questão encontramos a prostituição infantil e adolescente, o uso de drogas, ingestão de cola, ausência de escolaridade, famílias sem qualquer tipo de planejamento, inchamento demográfico das grandes cidades, dando origem às favelas, tão nossas conhecidas, e que, na maioria das vezes, estão distribuídas próximas dos bairros ricos formando um cinturão que vem mantendo praticamente, no clausuro, essa outra camada da sociedade, que brada, que grita por liberdade e segurança (MINAYO, 2010).

Mesmo após compreender as violências dentro das relações sociais, é importante ressaltar que as violências também se encontram dentro do ambiente familiar e que surgem inúmeras vezes dentro das relações de intimidade, ou seja entre parceiros íntimos.

4.1 Violência Conjugal

De acordo com Rosa e Falcke (2014), o termo violência conjugal, passou a ser utilizado a partir dos anos 90, por autores que compreendiam que tal fenômeno não era unidirecional, ou seja não compreendiam apenas os homens como principais autores da violência conjugal, mas as mulheres como também participantes e autoras da agressão.

A violência conjugal é uma ocorrência emaranhada e que deve ser vista como problema grave de saúde pública, sendo de extrema importância a presença de diversas áreas como o da saúde, judicial, e de segurança pública. (FALCKE; ROSA, 2014).

A violência conjugal na perspectiva de Nunes (2003), provém de uma relação íntima, exercida sobre um dos cônjuges, que se utiliza da força ou constrangimento para perpetuar uma relação de domínio com a finalidade de oprimir e controlar, e que, portanto, é considerada um comportamento relacionada com a perda da liberdade.

Desta forma as pessoas envolvidas são oprimidas para não manifestarem suas vontades, subordinando-se a realizar as vontades do outro, sendo assim, a violência torna-se uma manifestação das relações de dominação, demonstrando a privação da autonomia e liberdade do outro, bem como do próprio direito de dominar sua própria vida (ibid.,).

Tal relação decorre entre adultos, que são ou foram parceiros íntimos, mesmo se não casados ou não coabitantes. Esses indivíduos repetem um padrão decorrente sucessão das relações atuais e passadas, hetero ou homossexuais, que em maior frequência ocorre em um espaço privado, frequentemente em um domicílio, o que torna difícil a visibilidade, se tornando um problema social complexo (ibid.,).

O modo a qual determina que tais agressores estejam nessa posição, está diretamente relacionado com a flutuação existente entre dois extremos; a primeira se caracteriza com uma conexão estabelecida pelo sistema familiar de origem, e a segunda se dá pela inclinação, a qual apossa-se dos elementos provenientes da subjetividade, formando um processo de individuação (ROSA et al., 2007).

Considerando então as oposições que carrega dentro de si, e que por não conseguir elaborar tais elementos psíquicos a transforma por meio de violência e que, portanto, para compreender suas causas, é necessário que se busque a fundo o processo de transmissão em que

esses indivíduos tiveram contato enquanto crianças, observando de qual modo ela foi construída (ibid.,).

Na sua investigação Rosa e Falcke (2014) diz que: os fatores de risco que ocasionam a violência conjugal, podem estar relacionados com a existência de um déficit de liberdade, impedindo que tal aja por sua própria vontade. Nos integrantes desse sistema, a subordinação prevalente da estereotipia em que o vitimador e a vítima supõem que o algoz é o único indivíduo responsável e quem possui autoridade hierárquica da relação, e, que o ciclo dos significados do abuso que consideram legítimos, justifica de alguma forma a atitude do agressor.

A estruturação da dinâmica conjugal violenta é de difícil compreensão isso porque não se compreende os reais fatores que se tornaram predisponentes para sua prática e que, portanto, determinar que ela provém de uma transmissão psíquica através das gerações torna-se incoerente uma vez que os indivíduos que foram vítimas de padrões violentos enquanto crianças, podem romper suas histórias, e escrever uma nova história, não perpetuando tal comportamento (ibid.,).

Conceição e Paixão et al (2018) diz que as práticas de violência entre os cônjuges, tem base na naturalização dos papéis socialmente atribuídos entre homens e mulheres isso porque ao longo do tempo, valores e aspectos sociais, que determinaram os papéis mãe, mulher, dona de casa, e pai, marido-chefe de família construídos e implantados pela cultura do patriarcado, e que com o decorrer dos anos foram internalizados no imaginário social.

Portanto tais relações se tornaram assimétricas de dominação e manifestações de violência principalmente contra as mulheres, isso porque existe uma gama de fatores de risco entre os homens possivelmente por terem sido vítimas de agressão enquanto criança, que se une com insegurança, baixa autoestima, e problemas de personalidade e consumo excessivo de álcool (ibid.,).

Já para Falcke e Oliveira (2009), no processo de transmissão da violência, as mulheres vítimas rescrevem, não apenas sua história individual e familiar, mas a história coletiva daqueles que também já foram vítimas, isso porque a repetição dos padrões abusivos na história da família ocorre porque muitas mães, consideradas não protetivas, não souberam lidar com a realidade da violência que se repetiu em suas vidas, não tiveram forças para denunciar suas próprias histórias de abuso e se habituaram a conviver com elas.

A continuação desses padrões como se fossem naturais e habitadas, tem justificativa na compreensão de que, espelhando-se em suas próprias mães, que as não protegeram, e transferiram para seus filhos, e que, portanto, continuam vítimas em seus relacionamentos conjugais, compondo novamente o cenário familiar característico de sistemas abusivos.

Em contrapartida, segundo Silva (2018), embora a violência contra o homem, não apareça nas estatísticas, e por não ser denunciadas apresenta o homem como vítima, mostrando que tal violência não é homogênea e que, portanto, essa modalidade permaneça camuflada porque a figura estereotipada do homem exige autoridade, e superioridade, e por isso que o homem está relutante a denunciar a violência em que é vítima.

Principalmente nos casos em que se trata de violência severa, e que não denunciar faz parte do fato que os homens são menos propensos a auto identificação enquanto vítima, e que tal discriminação se deve ao paradigma patriarcal. Existe uma complacência que permeia agressão entre os cônjuges, isso porque ao longo de tempo, as ações violentas e os maus comportamentos sociais tinham suas decorrências, sequelas, e repercussões minimizadas (ibid.,).

Entretanto com o passar dos anos e com o entendimento sobre a intervenção necessária para diminuir tais ocorrências foi criada a Lei Maria da Penha (2006) que surge como um mecanismo a prevenir a violência contra as mulheres que em sua maioria são vítimas de alguma violência proveniente da conjugalidade, que não ocorre somente entre relacionamentos heterossexuais, mas também homossexuais.

Convém ressaltar que por mais que a lei maria da penha tenha surgido com o intuito de resguardar as mulheres da agressão doméstica e das agressões provenientes do núcleo familiar que estão inseridas, as formas de violência na união conjugal afetam tanto homens quanto mulheres que independente da configuração de relacionamento em que estão, sofrem os danos decorrentes da agressão a qual são acometidas. Sendo assim faz-se necessário elucidar as singularidades dos tipos de violência que mais se encontram nas relações conjugais, entre elas estão:

QUADRO 1. Modalidades de violência, segundo a Lei Maria da Penha (2006)

Violência sexual	Violência psicológica	Violência física	Violência patrimonial	Violência moral
É estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como qualquer prática sexual ou investidas para angariar ação sexual bem como tentativas ou comentários sexuais indesejáveis contra a sexualidade de uma pessoa usando opressão, pressão, constrangimento e força.	Compreendida através de seja qual for a maneira que provoque algum agravo emocional e restringimento a dignidade, e que desordene o progresso e andamento do direito de dirigir sua própria vida, visando degenerar e dominar suas condutas, ações, concepções e arbítrios através de intimidação, ameaça, degradação, controle, ofensa, e limitação do direito de ir e vir.	Que é determinada como qualquer que for o comportamento a qual insulte a totalidade e unidade do bem-estar corporal.	Estabelecida através de condutas a qual caracterize contenção, diminuição, demolição fragmentado ou até completo de instrumentos necessários que servem para a manutenção de sua composição física e corporal, bem como registros particulares, riquezas, opiniões e concepções.	Identificada Como qualquer comportamento que represente maledicência, desonra e insulto.

4.2 Violência Intrafamiliar

As origens da violência intrafamiliar têm raiz nas relações de poder. Segundo Vieira, Moreira e Lira (2016), tudo começou com a estruturação social organizada em 1930, nessa época se encontravam assembleias de famílias que estavam em uma posição de autoridade disseminados na estrutura social, estes foram divididos entre três grupos.

O primeiro deles era um conjunto de famílias de senhores feudais, o qual mantinha uma estrutura hierarquizada, sendo que os chefes e os intendentess dessas famílias mantinham a posição superior aos demais nas decisões que deveriam ser tomadas, e para essa estrutura de poder vinham as famílias que eram subalternas a esses senhores feudais (ibid.,).

O segundo eram as famílias parentais que mantinham e supriam as necessidades de um grupo de agregados, que por gratidão e por respeito se dedicavam a cuidar das posses e propriedades dos seus senhores. O último grupo eram as famílias que repetiam os modelos dos senhores feudais e parentais, entretanto este último se beneficiava da estrutura do governo com

finalidade de negócios e propensões que os tornassem cada vez mais superiores ao restante da sociedade (ibid.,).

A violência intrafamiliar tem se tornado parte pertencente das relações familiares e sociais, e como parte dessa construção coletiva tal se encontra vinculadas as decorrências das relações e principalmente das divergências relacionadas ao poder. Frente a isso, Brasil (2001, p 15) define a violência intrafamiliar como:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.

As modalidades de violências que estão equivalentes no dia a dia dos sistemas familiares por muitas vezes, estão designadas incertamente de violência doméstica ou intrafamiliar. Não obstante a violência doméstica abrange demais integrantes da coabitação domiciliar, mesmo que sem colocação parental, incluindo, deste modo, a violência empregada a funcionários e agregados, e quem quer que esteja no ambiente doméstico (ibid.,).

Entretanto, a compreensão de violência intrafamiliar reconhece exclusivamente a violência que acontece nas relações familiares, isto é, no meio de indivíduos pertencentes a família, que podem ser ocasionadas tanto em ambientes públicos quanto doméstico (ibid.,).

A violência intrafamiliar é um agravo que abrange a sociedade causando impactos de modo contínuo principalmente entre as mulheres, já que na sua maioria a violência acontece de maneira repetitiva que vai aumentando em periodicidade, força, coibição, afronta e indiferença. (SOUZA; ROS, 2006).

Essa forma de violência deriva-se de uma conjunção de motivos pessoais de quem agride e também de quem é vítima, bem como os fatores relacionais que são compreendidos através da relação estabelecida entre essas pessoas, que se unem e formam um complexo sistema de dominação que geram nas mulheres apreensão, o receio permanente, que podem ocasionar na sua maioria lesões psicológicas permanentes (SOUZA; ROS, 2006).

As crianças e os adolescentes também se inserem entre pessoas que na sua maioria são vítimas da violência intrafamiliar, nesses casos elas surgem em forma de maus-tratos realizados no ambiente familiar, que trazem danos de natureza tangível quanto psicossocial, que podem ser avassaladoras (BRASIL, 2012).

Isso ocorre porque as experiências ocorridas ao longo da infância podem se refletir na vida adulta. As consequências dessa violência ocasionam problemas sociais, afetivos e

psicológicos, que são expressados inúmeras vezes pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas, transtornos, práticas agressivas e ideações suicidas (BRASIL, 2012).

Os idosos também em sua maioria são vítimas da violência intrafamiliar, uma vez que esses indivíduos são mais suscetíveis a essa violência por apresentar maior sujeição devido as impossibilidades cognitivas, afetivas a quais estão acometidos devido ao envelhecimento (BRASIL,2012).

Os maus tratos direcionados a estes, as condutas de atitudes, omissões verbais e gestuais que acarretem danos a autoestima são classificados como demonstrações de violência psicológica usadas para coagir, constranger e obrigar os idosos a realizarem o que não conseguem, ou não podem devido a suas limitações (ibid.,).

As implicações provenientes dessa violência se tornam imensuráveis e irremediáveis visto que se reproduz e causa na pessoa idosa insatisfação, temor, ansiedade. Quando tais situações ocorrem, os idosos tendem a permanecer no sofrimento e rejeitam o contato social (BRASIL,2012).

Portadores de deficiência são frequentemente crianças e adolescentes com incapacidade cognitiva, cerebral e psicológica ou transtornos de comportamentos que residem com as famílias de origem, extensas ou que se encontram em uma instituição de guarda para pessoas que não possuem famílias (ibid.,).

A partir do momento que se aborda aspectos de indivíduos portadores de deficiência o cenário passa a ter particularidades e proporções diferentes, isso porque essas pessoas demandam uma abordagem exclusiva pois se encontram em uma fração a qual portam diferenças que em maior parte das circunstâncias são disfarçadas ou negadas pelas famílias frente a sociedade. Sendo assim, as particularidades individuais desses são negadas e eliminadas mediante a incapacidade que as famílias os colocam (SOUZA; ROS, 2006).

A ignorância em relação as potencialidades e aptidões por parte dessas pessoas leva esses a se sentirem magoados, excluídos e então começam a cultivar repúdio de si mesmo, esse contexto contribui com o processo da violência intrafamiliar (ibid.,).

Por fim, pode-se concluir que uma violência produz outras categorias de violência, como as já descritas anteriormente, e que, portanto, essas violências têm suas raízes na dominação cultural e social, sendo consideradas como um dispositivo de poder, quando as relações estabelecidas utilizam de força e de coerção, produzindo danos individuais, sociais e intrafamiliares.

5. METODOLOGIA

O presente trabalho possui uma abordagem qualitativa e natureza aplicada. O estudo foi realizado de forma exploratória, por meio de pesquisa de campo com a técnica de entrevista semiestruturada e genogramas.

A pesquisa foi realizada no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI) do Centro Universitário Luterano de Palmas, nas salas de acolhimento, durante o primeiro semestre de 2019. As datas e horários foram definidos de acordo com o horário de atendimento das participantes, que ficaram entre as datas de 20 a 29 de março. A escolha do local se deu baseada no universo em que se queria investigar, assim como na estrutura física que compõe o serviço e as características das salas, que permitiram que as entrevistas fossem realizadas de forma privativa, sem interferências de terceiros.

O universo desta pesquisa consistiu em mulheres que fazem acompanhamento psicológico no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI) na modalidade de psicoterapia individual ou familiar, que são ou foram vítimas de violência conjugal. Essas mulheres possuíam uma faixa etária acima de 18 anos, que aceitaram participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para essa pesquisa foram selecionados 03 casos que já estão em processo de atendimento no serviço. No primeiro momento foi realizado o contato com a coordenadora do Serviço de Psicologia (SEPSI) e posteriormente a forma de contato as participantes se deu através da comunicação entre a pesquisadora acadêmica e as terapeutas que atendem aos casos. Após a confirmação da participação, foi realizada a ligação para saber se as participantes poderiam chegar uma hora antes do atendimento habitual, para que a pesquisa fosse realizada.

Os critérios de inclusão obedeceram aos seguintes requisitos: adultas, maiores de 18 (dezoito) anos, que são ou já foram vítimas de violência conjugal, podendo ser de ordem moral, patrimonial, física, psicológica e/ou sexual, que fazem acompanhamento psicológico no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI) e que consentissem participar da pesquisa através da assinatura do TCLE. Os critérios de exclusão da pesquisa consistem em mulheres que são vítimas de violência, mas não se encaixam na modalidade de violência conjugal, que não são atendidas no Serviço de Psicologia (SEPSI) e que se recusassem a assinar o TCLE ou não autorizassem a gravação da sessão de coleta de dados.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, com duração de 1(uma) hora e 30 (trinta) minutos cada sessão, e que se encontra disponível para consulta no Apêndice A. A entrevista semiestruturada possui propriedades e indagações necessárias que se alicerçam ao conteúdo da investigação. O questionário ainda possibilita

novas pressuposições acerca do que foi respondido pelos participantes, possibilitando novas conclusões sobre os dados que depois serão analisados (MANZINI, 2004).

Utilizou-se também para compor a coleta de dados a construção de genogramas. Segundo Muniz e Eisenstein (2009), através do genograma é possível compreender os moldes familiares e identificar possíveis padrões de repetição de comportamentos, possibilitando o apontamento de dados acerca dos componentes desse sistema familiar, bem como a constituição funcional e não funcional relacional estabelecido entre os membros familiares.

O genograma das participantes da pesquisa foi construído a partir do programa GenoPro 2011, com licença acadêmica, que foi criado com a finalidade de compreender as estruturas que envolvem as dinâmicas familiares. Esse programa, ao ser iniciado apresenta um menu de funções que são usadas na construção da árvore genealógica. As funções, por sua vez, apresentam símbolos como por exemplo de separação, recasamento, bem como linhas de relacionamento, com opções de relações fortes, fusionadas, distantes e hostis, dentre outras. Ressalta-se que a partir da entrevista semiestruturada as informações foram coletadas e organizadas e, assim, os genogramas foram construídos, em momento posterior.

Durante a entrevista houve um registro das falas por intermédio de um gravador a fim de obter com maior precisão as respostas, para que através das verbalizações das participantes fossem construídas as representações gráficas e também para que todas as informações coletadas fossem registradas com o máximo de fidelidade. Cabe ressaltar que tanto durante a coleta de dados quanto na análise dos resultados o anonimato das participantes esteve preservado, assim como todas as questões éticas que estão implicadas no estudo.

Após a coleta de informações, os dados foram submetidos à análise do discurso. A análise do discurso visa a compreensão das condições que favoreceram o discurso, explicando o porquê tomou determinado sentido e não outros, sempre relacionando o linguístico com a história e com o ideológico. A análise do discurso não busca uma verdade nuclear, pois é contra as formas de linguagens estruturais, o que ela busca é reconstruir as falas que criam contextos científicos em momentos históricos (NOGUEIRA, 2008).

A Psicologia Discursiva propõe como metodologia a Análise do Discurso. Este não é um método no sentido de um conjunto de procedimentos sequenciais bem estabelecidos a serem seguidos cujo resultado final é o conhecimento verdadeiro sobre o fenômeno estudado. O que se propõe é um arcabouço teórico relativo à natureza da linguagem e seu papel na vida social, bem como um conjunto de sugestões e cuidados sobre como ele pode ser estudado (NOGUEIRA, 2008).

A psicologia discursiva compreende dez etapas, citadas por Potter e Wetherell (1995) que não são necessariamente precisam ser sequenciais, e estão descritas a seguir: A primeira se refere a construção das questões que envolvem a pesquisa, se fundamentando no que se deseja investigar. A segunda se refere ao material a ser analisado, no caso desta pesquisa, compete a estruturação da entrevista semiestruturada e dos genogramas, que foram os instrumentos escolhidos para se chegar ao objetivo geral do trabalho, e o universo da pesquisa que se deu mediante os critérios identificados nessa metodologia, de serem mulheres que estão ou estiveram em situação de violência conjugal e que fazem atendimento no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI).

A terceira se refere à triagem do referencial que compõe o estudo. A quarta está relacionada a realização da entrevista. A quinta se direciona ao registro, da entrevista realizada. O sexto passo, é inerente da listagem das informações obtidas, que são derivados da coleta de dados, essa listagem tem por intuito ajudar no momento de analisar os resultados. A sétima traz a efetuação de uma leitura minuciosa sobre as narrativas, considerando todos os aspectos que compõem as falas, unificando com o referencial teórico apresentado.

A oitava etapa diz sobre a validação da pesquisa ao ser correlacionada com as interpretações derivadas das entrevistas, junto com a realidade apresentado pelas participantes; o nono passo se refere a apresentação do estudo, do que se encontrou, e do que era desconhecido que é exibido ao longo do trabalho. O último passo é diretivo pois vai ao encontro a aplicação da pesquisa por intermédio dos dados coletados, que permitem o conhecimento da temática abordada.

Sobre a pesquisa realizada, é necessário ressaltar que o número de estudos que envolve seres humanos é grande, e para tal, torna-se indispensável a análise desse projeto de pesquisa por parte do Comitê de Ética antes da sua prática e efetuação (RATES; COSTA, PESSALACIA, 2014).

Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Psicologia (CEP) do Centro Universitário Luterano de Palmas, por se tratar de uma pesquisa na qual seres humanos estão envolvidos. Sendo assim, foi realizado o registro na Plataforma Brasil, seguindo os critérios sancionados pelo Conselho Nacional de Saúde na Resolução 466/12 (ibid.). Foi aprovada em 22/02/2019 sob parecer nº 3.164.299.

Em relação aos áudios decorrentes da entrevista semiestruturada, estes foram convertidos em áudio MP3, transcritos para CDs e guardados na coordenação do curso de Psicologia pelo período de 5(cinco anos).

Essa pesquisa destaca os benefícios que estão relacionados a colaboração da construção de manejos técnicos, bem como a contribuição no que tange à estudos científicos em relação a essas temáticas. Aos participantes os benefícios se direcionam ao visualizarem no genograma o conhecimento da transmissão transgeracional, que podem estar em suas histórias, assim como trabalhar em terapia o rompimento da transgeracionalidade da violência conjugal em seus relacionamentos.

Além disso, por meio dos resultados apresentados podem ser levantadas estratégias de intervenção que possam ser úteis no contexto apresentado. A partir dos relatos e da construção dos genogramas foi possível identificar os padrões de violência que são derivados da transmissão transgeracional, o que traz benefícios para profissionais que se interessam por tal área de estudo, possibilitando a construção de estratégias que possam contribuir para a prática profissional. Cabe, ressaltar que é de direito das participantes terem acesso aos resultados deste estudo, portanto, uma vez encerrada a pesquisa, foi realizado contato marcando um encontro para apresentá-los.

Esta pesquisa proporciona a visualização do processo transgeracional que ocorre no interior das famílias e a relação existente entre viver essa experiência e repeti-la em seus relacionamentos. Considera-se também a possibilidade de que acadêmicos e profissionais pensem sobre maneiras de intervenção para ajudar esses indivíduos com intuito de minimizar as lembranças e as marcas derivadas da violência.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho teve por objetivo descrever os processos transgeracionais da violência conjugal e as influências que essas possuem nos sistemas familiares através do processo de transmissão. As coletas dos dados desse estudo foram obtidas através de entrevista semiestruturada e construção de genograma. As entrevistas tiveram duração de 50 (cinquenta) minutos, e as participantes dessa pesquisa se mostraram solícitas ao responderem as perguntas da entrevista semiestruturada.

Após a coleta dos dados foram construídos os genogramas que tinham como objetivo identificar os padrões transgeracionais da violência existente dentro do sistema familiar das participantes dessa pesquisa. Após a construção da representação gráfica foi possível identificar os processos transgeracionais que se encontram no interior das famílias e as disfunções provocadas por essas.

Com intuito de preservar a identidade das participantes que se disponibilizaram a participar da pesquisa, bem como possibilitar uma melhor visualização dos resultados, as participantes serão identificadas por T1, T2, T3. A seguir estarão estruturados os dados coletados nessa pesquisa. Todas as participantes, vítimas de violência, obedeceram aos critérios de inclusão e exclusão elencados na metodologia dessa pesquisa.

Quadro 2: Dados pessoais das participantes da pesquisa com base nos dados coletados da entrevista semiestruturada.

Dados das participantes da pesquisa		
Participantes	Idade	Escolaridade
T1	53	Ensino Superior Completo
T2	38	Ensino Superior Completo
T3	34	Ensino Superior Completo

A escolha de selecionar vítimas de violência conjugal deu-se pelo fato de que, através das narrativas verbalizadas por essas mulheres, seria possível identificar o processo transgeracional da violência no interior das famílias de origem, que se instauram nas famílias nucleares das vítimas. Ressalta-se a necessidade de serem realizadas pesquisas acerca dos indivíduos agressores, tendo em vista que esses podem estar também dentro de uma transmissão transgeracional de violência.

Mediante as respostas alcançadas por intermédio da entrevista semiestruturada, é possível perceber algumas semelhanças entre os tipos de violência e as vivências das vítimas que fizeram parte dessa pesquisa.

6.1 ACREDITAR NA MUDANÇA DO PARCEIRO

A natureza cíclica da violência é identificada a partir de momentos intermitentes de ofensas e afetos, que na maioria das vezes ocorre por parte do indivíduo agressor. Esta situação sustenta, nas esposas, uma expectativa de que seus cônjuges consigam controlar e se arrepender dos comportamentos e de atitudes que provocam mal-estar no ambiente familiar e então reconstituir um ambiente familiar harmônico. Isto está de acordo com Miller (1999), que declara que as mulheres se sentem comovidas com os discursos do agressor, mesmo após as violências cometidas.

Entretanto, o que se torna problemático é que as relações entre homens e mulheres, desde os primórdios, foram estruturadas pelas discrepâncias de poder que beneficiou e deu espaço para a formação de um modelo de família patriarcal. Neste modelo, a figura da mulher “pertence” à dominação, conformidade, subordinação e ao não questionamento das condutas, atitudes e práticas masculinas (SALVADOR, 2009).

Através das falas das entrevistadas, foi possível identificar que um aspecto muito comum nas falas de T1, T2 e T3 se direcionavam à mudança do parceiro.

Eu acreditei que ele pudesse mudar, porque para os outros ele é bom. Não só por isso, mas, por exemplo, se eu preciso arrumar um pneu ele vai lá e arruma uma coisa na casa que precisa ser parafusada ele faz também (T1).

Os indivíduos que assumem posição violenta em seus relacionamentos, tendem a se mostrarem doces e prestativos aos desconhecidos, uma vez que condutas de violência são internalizadas e colocadas em prática somente no contexto do lar, em oposição aos seus membros (VICENTE, VIEIRA, 2011).

Ele como pessoa é muito bom, ele gosta das coisas da casa arrumada, é um bom pai, tem o jeito dele assim grosso, mas não é uma pessoa ruim com os outros por isso pensei que com o passar dos anos ele mudasse comigo, me tratasse melhor, me visse como mulher, porque ele me vê como a mãe dele que cuida da casa e cuida dos filhos dele (T2).

Frequentemente as mulheres têm seus papéis de mãe e esposa confundidos pelos seus parceiros. Isso ocorre, pois ao se resgatar todas as lembranças que a figura feminina traz consigo, essas nunca serão apresentadas de um único modo. As mulheres conseguem cumprir com louvor todas as facetas que lhes são impostas socialmente, principalmente em atividades que lhes desafiem a desenvolver várias funções ao mesmo tempo, bem como os sentimentos de afeto e segurança que proporcionam aos seus (BARROS; ROCHA; GERIAS, 2015).

Eu sempre acreditei que ele pudesse mudar, até porque ele é o pai dos meus filhos, meu primeiro homem em tudo, eu a acreditei sim, que ele pudesse

repensar tudo que ele fazia comigo e com as crianças. Sem falar que por muito tempo eu não me imaginava sem ele. Nunca na história da minha família, eu imaginei me separar e criar os meus filhos sozinha, por isso lutei até aonde pude (T3).

Segundo Rosa (2008), o esforço pela conservação da imagem familiar, a crença na transformação do cônjuge e os filhos são apontados continuamente como elos de vinculação das vítimas a seu agressor. A vítima se assegura na convicção de que, independente do que ocorra, é essencial que se acredite no casamento, e no seu cônjuge.

Este comportamento é, do mesmo modo, reafirmado pela ideia já internalizada principalmente para as mulheres, de uma sacralidade da família. Esta é considerada como uma estrutura intocável, que deve ser mantida, olhada e cuidada de qualquer perturbação externa que ameace romper com o equilíbrio de seus membros (GRIBOSKI, 2015).

Porém, quando essas mulheres resolvem romper a relação violenta em que se encontram, estão, simultaneamente, rompendo com uma série de sonhos e perspectivas que estão ligadas diretamente ao casamento e à família, mesmo que se obtenham perdas e ganhos diante dessa decisão (GRIBOSKI, 2015).

A identidade de uma mulher vítima de violência é, geralmente, fruto de protótipos familiares de sujeição, subalternidade e não hesitação das imposições masculinas. Ao tempo que presenciamos, na atualidade, significativas mudanças na organização e dinâmica da família, sobressai ainda uma personificação familiar representada através da superioridade patriarcal e, por conseguinte, pela dependência da mulher a essas figuras de autoridade.

É habitual que as vítimas demorem certo tempo para conseguirem ter consciência plena desta situação e consigam entender que as atitudes pautadas na agressividade de seus companheiros não são ocorrências remotos de mal humor, das disfuncionalidades do ambiente familiar sofridas na infância, ou apenas em momentos que se encontram alcoolizados.

Na primeira vez da agressão física, ele estava bêbado, então eu pensei que sóbrio isso não aconteceria novamente e não aconteceu. Só que quando ele está bom ele me agride da pior maneira possível com palavras que me deixam mal, que me fazem sentir a pior mulher do mundo (T2).

A violência verbal é um dos caminhos que levam à disfuncionalidade das relações amorosas. Isso ocorre porque tal forma de comunicação se encontra em uma posição de agressividade, composta por palavras e frases nocivas que tem a finalidade de humilhar e ironizar uma das partes. Em sua maioria é praticada em quem está em uma posição de poder em relação ao outro cônjuge (SCHRAIBER, 2007).

Olha, no início ele não era assim não, já no primeiro ano de casamento ele começou se mostrar de fato quem ele era, e eu comecei a achar estranho esse jeito dele comigo, mais eu sempre pensei que era por causa das dificuldades que ele sempre teve com a família dele, ele foi muito rejeitado pelos pais (T3).

Segundo Oliveira (2005), na maioria dos casos de violência conjugal, a mulher sofre efeitos físicos e emocionais mais intensos, em decorrência das diferenças biológicas e simbólicas, construída em um contexto cultural, social e principalmente afetivo. O afeto é entendido como um sentimento caracterizado por composições simbólicas e dinâmicas.

Isso porque, no geral, as propriedades da violência não se representam apenas em uma ação violenta, mas, é composta por violências rotineiras, que acarretam estresse e comprometimento emocional. A compreensão da violência conjugal deve considerar uma rede de relações que compõem a agressão conjugal. Consequentemente, devem ser compreendidas como violência estrutural, diluída no dia a dia, que favorecem para a manutenção das discrepâncias entre os gêneros, bem como econômicas e políticas (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

A partir das entrevistas, observou-se que os motivos de algumas mulheres permanecerem em uma união conjugal violenta, estão intimamente associados à expectativa de que esses indivíduos mudem seus comportamentos ao decorrer do tempo. Outros fatores que mantêm as mulheres nesta posição são o medo incitado por ameaças, acompanhadas de violência psicológica, moral ou física, ou, como já dito anteriormente, em função dos filhos, frutos dos relacionamentos (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

6.2 PAPEL DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E MORAL NA MANUTENÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA

Segundo Silva (1992), as relações marcadas entre homens e mulheres são, quase sempre, de poder deles sobre elas, pois as convicções predominantes tem o papel de difundir e reafirmar a primazia masculina, em desvantagem à correlata desvantagem feminina.

Consoante às convicções imperantes, a violência psicológica consiste em acontecimentos que ocasionam danificações à estabilidade psicológica emocional da mulher vítima, privando-a de amor próprio e autonomia. É ofensiva por meio de ameaças, insultos, ironias, depreciação, isolamento social forçado, entre outras formas. Por abuso de qualquer tipo, entende-se a destruição acumulada do bem-estar emocional, psicológico, social e econômico de uma mulher (PEREIRA, 2012).

Ele me xinga, me autodeprecia. Eu penso que é mais a psicológica, tipo ele me intimida, ameaça. Ele pegava arma branca para me ameaçar, ficava com o

facção na mão para me intimidar. Lembro que teve uma vez que tivemos uma briguinha boba quando eu vi ele vinha com a faca eu só peguei minhas filhas encostei no muro e esperei, não fiz nada fiquei paralisada, ele veio até metade do caminho, mas voltou, o rosto dele se transforma (...) parece que não é ele, é tipo um pesadelo que acontece e depois parece que passa (T1).

A violência psicológica eu sofro diariamente, pois meu esposo é bem mais velho que eu (...) a gente discorda de muita coisa, já nos separamos duas vezes, se eu faço atendimento aqui no SEPSI é por causa disso, dessas inúmeras brigas, a gente já ficou sem se falar por mais de meses morando dentro da mesma casa, porém a gota de água pra buscar o atendimento foram as traições, pois hoje sei que já sofri violência de todas as formas, por exemplo: machismo, preconceito (...) uma vez, ele falou pra mim que eu não servia para ser esposa dele, a dona da casa dele, e muito menos a mãe dos filhos dele, essa frase me martela a vida inteira. Eu me separei duas vezes dele, mas sempre voltava porque ele fazia questão de me deixar depender dele, parece que tudo de ruim acontecia, quando a gente se separava, ele mudava, ficava outra pessoa, ele fazia do jeito que eu queria, ele cuidava de tudo do jeito que eu queria, até eu voltar, quando ele viu que eu voltava começava tudo de novo, as ignorâncias (T2).

Segundo Comin e Santos (2013), a descrição de violência psicológica se refere aos impactos da saúde emocional, a autoestima e afeta o desenvolvimento humano, a partir de ações como de controle, ameaça, constrangimento. As consequências da violência psicológica apresentam-se na fragmentação da capacidade das vítimas de identificarem a situação que vivem, destruindo a saúde mental da vítima e ocasionando dor e sofrimento psicológico que afetam as ações e emoções. Esta é uma das facetas da violência que se manifesta mediada pela complexidade, pois muitas vezes a sua compreensão é impercebível.

Ainda sobre as violências sofridas por parte das entrevistadas, outra modalidade de violência que se destacou através dos relatos, foi a violência moral.

A violência moral, de acordo com Gama (2011), provoca a desmoralização da mulher vítima, confundindo-se com a violência psicológica. Ocorre sempre que é destinada a uma mulher condutas de calúnia, difamação ou injúria. Os agressores evocam a artifícios mais ou menos sutis como a violência simbólica (moral e ou psicológica) para fazer valer suas decisões, em desvantagem do outro indivíduo envolvido.

Nesse aspecto da violência simbólica, os indivíduos tentam persuadir outros com suas ideias. Ela é reconhecida pela falta de equivalência entre os padrões estruturais estabelecidas desde os primórdios e as pessoas, ou seja, no contexto conjugal essa modalidade de violência é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sem que, em grande parte das vezes, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo (GAMA, 2011).

Foi observado, através das falas das entrevistadas, que em relação aos tipos de violência sofridas em seus relacionamentos, tanto a violência psicológica quanto a moral estavam muito presentes e contribuíam para a manutenção do ciclo de violência em que se encontravam. Sobre isso, T1, T2 e T3 disseram que:

Olha ele me menosprezava muito, hoje em dia melhorou, em relação a isso. Mas ele sempre me traiu, algo constante mesmo, eu me sinto péssima né, me traiu com as pessoas que trabalhavam na nossa casa, dava em cima descaradamente das mulheres na minha frente. Ele não tem consideração por mim, por ser mãe das filhas dele, não me respeita (T1).

A ocorrência de infidelidades na relação marido e mulher, contém consequências negativas na dinâmica do casal. Isto ocorre porque a monogamia supõe fidelidade emocional e sexual, logo, a partilha dessa relação com terceiros é sentida como um rompimento no comprometimento e na confiança estabelecida no momento em que ambos concordaram em se unir para caminharem juntos. A infidelidade é marcada por um ato contra o casamento. Frente a essa ocorrência, se rompem os acordos conjugais específicos de cada casal que em sua maioria é cercada de segredos sobre a terceira pessoa envolvida (SALIBA, 2007).

(...) Uma vez, ele falou pra mim que eu não servia para ser esposa dele, a dona da casa dele, e muito menos a mãe dos filhos dele, eu não era boa o suficiente para ele, essa frase me martela a vida inteira. Sem falar nas inúmeras traições (T2).

Ele falava mal de mim para as pessoas, ele falava da nossa intimidade reclamava com ar de desabafo, mas na verdade ele estava me expondo, denegrindo a minha imagem isso sempre aconteceu, ele me traía com pessoas próximas de mim, no facebook ele mandava mensagens para mulheres e eu via, dava em cima de mulheres na minha frente e comprava presentes para elas. Quando eu descobria quem eram as mulheres que ele se envolvia, eu me sentia mal porque muitas eram inteligentes e com posição social muito boa, e ele usava isso para me diminuir, dizendo que eu precisava estudar mais para no mínimo ser mais inteligente. Eu sofri muito, porque ele ainda tentou tirar de nós a casa (T3).

Sobre a violência patrimonial vivida por T3, Deeke (2009) afirma que tal modalidade de violência se configura como retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, documentos, valores, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possuía titularidade. Os artigos 1.659 e 1.660 do Código Civil considera bens de relevância patrimonial aqueles também com importância e valor afetivos ou de uso pessoal e profissional. É perpetrada, geralmente, quando a mulher toma iniciativa de romper a relação violenta.

Conseguimos muitas coisas juntos, trabalhamos muito, crescemos juntos eu incentivava muito ele nos estudos e no trabalho, e aí quando eu resolvi dar um basta na situação ele simplesmente queria metade das coisas que eu já tinha

conquistado antes de me casar com ele, que no caso foi a casa que morávamos enquanto estávamos juntos... me ameaçou muito pelo telefone (T3).

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) define a violência patrimonial como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

A relação de intimidade, segundo Silva (2016), é onde se manifestam formas de violência principalmente da ordem moral, psicológica e física que, por sua vez, contam uma história da relação e da dinâmica do casal. O parceiro íntimo é aquele que, muitas vezes, atende às necessidades de cada um no que diz respeito às dimensões relacionais, tais como a oferta de afeto e apoio mútuo (SILVA, 2016).

O exercício da sexualidade, o compartilhamento da vida doméstica, a sociedade financeira, a confidencialidade etc. também fazem parte da dimensão relacional íntima do casal. O agressor ou a vítima em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo compartilham várias outras dimensões relacionais e mesmo afetivas que qualificam e dão sentidos à história do casal, mesmo que a relação estabelecida seja disfuncional (GUIMARÃES, 2009).

Com intuito de desenvolver atividades que minimizem o sofrimento das vítimas que estão nessa estrutura de violência, é necessário que as políticas públicas possibilitem acompanhamento psicológico, pedagógico e jurídico, bem como encaminhamentos para as redes de assistência e proteção. Essas medidas proporcionam que as vítimas tenham um atendimento completo e multidisciplinar com efeito de ajudar no processo de ressignificação, considerando a singularidade de cada vítima, independente das condições sociais em que se encontram (SILVA, 2008).

Assim, o papel da violência psicológica e moral na manutenção do ciclo de violência, têm mantido muitas mulheres em situação de risco, já que a construção de novos paradigmas e formas de viver sem o agressor ainda é composta por crenças de fraqueza, de quem não acredita e não se dispõe a lutar pela unidade familiar. Enquanto políticas de assistência não são pensadas e planejadas, muitas vítimas estarão expostas, correndo sérios riscos à saúde (SANTI; NAKANO, LETTIERE, 2010).

6.3 MARCAS CORPORAIS E DANOS À SAÚDE

Segundo Gomes (2008) toda categoria de violência produz danos nos âmbitos do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo. As exposições físicas da violência podem ser agudas, como as inflamações, contusões, hematomas, ocasionando

efeitos para toda a vida, como as insuficiências no movimento motor, traumatismos, a instalação de deficiências físicas, entre outras.

A partir do relato de T1 é possível compreender as consequências físicas e emocionais da violência.

Eu já sofri muita violência física, tipo empurrão, puxão de cabelo, ele segurava os meus pulsos me pressionava na parede, me apertava em momentos de briga. Teve um dia que aconteceu uma coisa que me marcou muito em uma discussão que foi um soco, uma pesada e um tapa na cara que ele me deu e quebrou o meu nariz, e está quebrado até hoje, pra reparar eu preciso fazer uma cirurgia, foi um dos acontecimentos que mais me marcou, pois toda vez que eu vou fazer uma maquiagem que eu me olho no espelho eu vejo meu nariz quebrado, tem oito anos que aconteceu isso e eu nunca superei, eu tenho um sonho de reparar fazer uma cirurgia (...) foi um dia que ficou marcado na minha vida (T1).

As consequências da violência, seja qual for o tipo da sua manifestação, têm como resultados a vergonha do ato sofrido, uma invasão da sua privacidade e a negação da sua liberdade e integridade (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

Eu já sofri violência tanto no primeiro quanto no segundo casamento. No primeiro casamento eu sofri demais com a violência física, tanto que hoje em dia não posso saber e nem ver alguma história de mulheres que sofrem agressão por parte do marido, me faz pensar que sou eu naquela pessoa. Já no segundo casamento, eu levei um tapa na cara, mais só foi uma vez (T2).

Dentro da narrativa de T2, e de acordo com os estudos realizados por Griboski (2009), as experiências vividas por mulheres vítimas de violência são descritas por situações marcadas pela humilhação e pelo desrespeito a elas, e pela agressão física. Esse tipo de violência, além de inferiorizar as vítimas e a sua autoestima, pode provocar terríveis distúrbios na saúde das mulheres, como também levá-las a situações em que o desespero pode induzir a extremos, como o homicídio.

As manifestações psicológicas constantemente observadas em vítimas de violência conjugal são: insônia, terror noturno, insuficiência em atividades que exige concentração, nervosismo, perda de apetite, e até o aparecimento de sérios transtornos psicológicos como a depressão, ansiedade, ataques do pânico, estresse pós-traumático. Também são verificadas narrativas autodepreciativas, abuso do uso de álcool e drogas, e em alguns casos tentativas de suicídio (NAKANO; LETTIERE, 2010).

Eu desenvolvi pressão alta, ansiedade e psoríase. Depois de um tempo comecei a ter queda de cabelo, muito stress, e já tive transtorno do pânico, mas o caso mais sério foi da minha filha mais nova, ela desenvolveu TOC, psoríase e também rejeição ao pai, ela assim tem nojo de tudo que ela toca, ela não abraça ele, ficou assim distante, ela conversa quando precisa (T1).

Eu me achava muito feia, tive obesidade, porque eu ficava muito irritada, ansiosa e era por causa da relação com meu marido, tive labirintite e as minhas dores de cabeça eram constantes (T2).

Os resultados desta realidade prejudicam desde a percepção da mulher sobre si mesma, como sentimentos de dúvida e impotência em tudo que faz, até suas relações com o meio social, que ficam fragilizadas, em decorrência da consequência do afastamento, expresso pela ausência de redes de apoio de pessoas às quais possa recorrer. Estados de tristeza, ansiedade e medo foram os mais destacados como consequências psicológicas deste tipo de violência (SILVA, 2018).

Eu adoeci quando eu descobri que ele estava me traindo com uma colega do trabalho dele, eu tive articulação tempororo mandibular (ATM), comecei a desenvolver doenças alérgicas, tive várias infecções e também gastrite nervosa, e complexo de inferioridade, me tornei amarga e muito negativa (T3).

Segundo Waiselfisz (2015) a violência contra à mulher é uma ocorrência traumática que a atinge duplamente, marcando profundamente a sua vida, sendo predisponente para doenças psicossomáticas, além de causar nelas prejuízos emocionais que são considerados marcas invisíveis.

Os atos de violência prejudicam não só a saúde física, mas, também, a saúde emocional, que podem resultar em transtornos como o estresse pós-traumático, a ansiedade, a depressão, transtornos alimentares e problemas de baixa autoestima.

Assim como compreender os danos à saúde que a violência pode acarretar a quem está nessa situação, é necessário que se compreendam os fatores que provocam tanto quem assume esses comportamentos de violência como de quem se encontra na posição de vítima. Sobre isso, inúmeros fatores podem ser predisponentes para essa ação violenta como, por exemplo, a repetição de padrões já existentes nas famílias de origem de quem pratica e de quem se encontra na situação de vítima de violência.

6.4 TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA E DO AFETO

A repetição de comportamentos violentos ao longo de gerações tem sido discutida por meio de inúmeras pesquisas realizadas. Em 2002, a OMS, em seu relatório, propôs um modelo ecológico para explicar as raízes da violência. Nesse relatório se busca identificar os fatores biológicos que cada indivíduo apresenta em seu comportamento, concentrando-se nas características que aumentam a possibilidade de a pessoa ser vítima ou perpetradora da violência (MINAYO, 2006).

A relação compreendida através da busca realizada pela OMS propõe que fatores familiares, comunitários, culturais e variados motivos externos tendem a produzir acontecimentos, ocorrências e situações aonde a violência é desencadeada. Sendo assim, os modos como os sistemas familiares se organizam possuem fator essencial para a produção do comportamento das próximas gerações (MINAYO, 2006).

Desta forma, quando se refere à violência entre componentes da família, pode-se falar da violência intergeracional, ou seja, a repetição de comportamentos violentos ao longo de gerações. Homens que presenciaram violência entre os pais manifestavam posteriormente na vida adulta quatro vezes mais chance de agredir a parceira, certamente por reputarem tais comportamentos como normal (HAYECK, 2009).

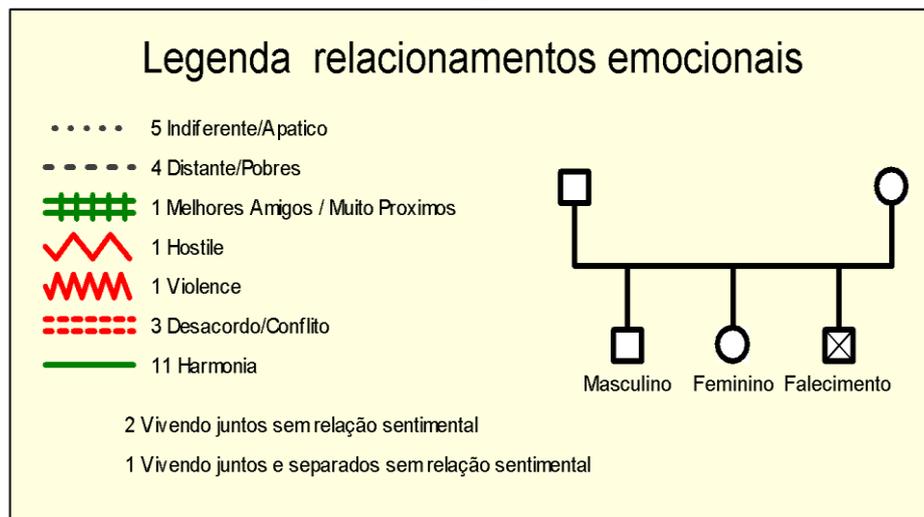
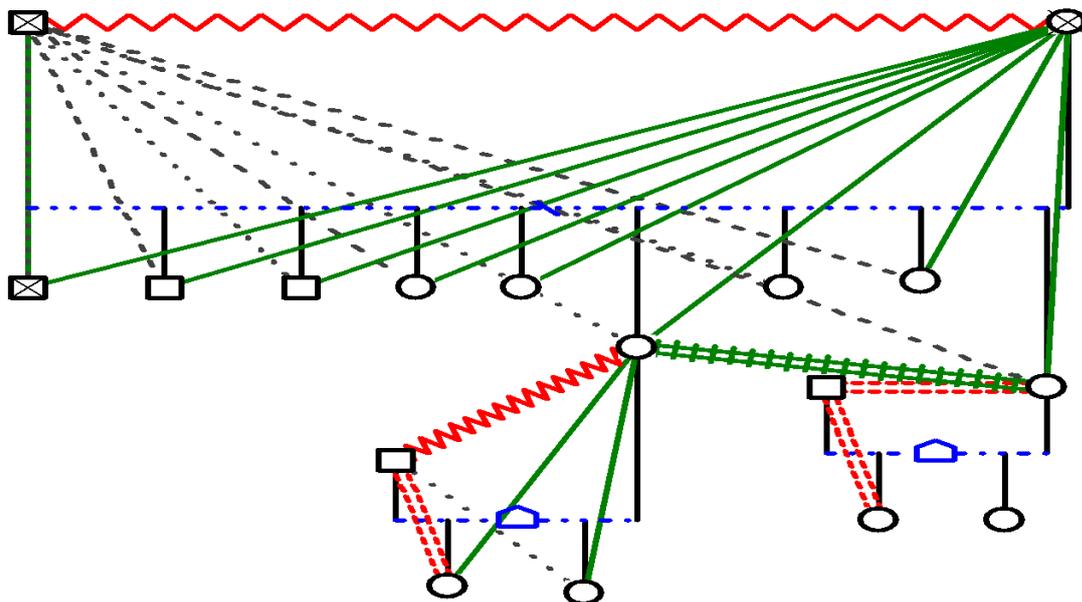
Ainda nessa perspectiva, os estudos realizados por Reis (2010) sugerem que existe uma predisposição de representação pelos constituintes das famílias que aplicam a violência como método de comunicação na tentativa de resolverem seus conflitos. A repetição de situações vivenciadas em gerações passadas pode transferir esse padrão de comportamento (REIS, 2010,).

Os padrões que ligam os processos familiares com os resultados do desenvolvimento sugerem que o comportamento dos pais em relação às crianças é uma influência mais próxima nos resultados de desenvolvimento destas em relação à influência das interações interparentais (HAMEISTER, 2015).

A violência intergeracional, ou seja, de pais contra filhos, filhos contra pais e a violência fraternal (irmão contra irmão) também poderiam, entre outras relações violentas, serem categorizadas como violência doméstica, pois elas ocorrem na intimidade da casa, ou seja, estão circunscritas à interação familiar (HAMEISTER, 2015).

Como modo de identificar os padrões de repetição da violência, foram construídos os genograma a seguir, mediante as histórias familiares das entrevistadas que são ou foram vítimas de violência. Os nomes das participantes foram trocados para proteger suas identidades. Os resultados apresentam uma descrição das relações e da situação familiar. Cabe ressaltar que todas as entrevistadas possuem curso superior e estão em processo terapêutico.

T1



O genograma acima representa, inicialmente, os símbolos de falecimento dos pais da participante, assim como a ligação de hostilidade do casal. No relato da participante, os dois viveram juntos até o final da vida, porém sem nenhuma relação afetiva. Em decorrência da relação difícil com a esposa, o pai estabeleceu uma relação de distância com os filhos, assim como representado pelos símbolos, já a mãe mantinha uma relação harmoniosa com os filhos, assim como se encontra representado no genograma.

Seguindo o relato da entrevistada, ela atualmente vive com o conjuge, porém não existe relação sentimental entre o casal, assim como está apresentado. Em relação às filhas é possível visualizar duas ligações de conflitos e distancia. Assim como já dito anteriormente, uma das irmãs da entrevistada também vive uma situação de violencia similar à que ela se encontra. Como está representado no genograma, dois indivíduos vivem juntos, mais sem nenhuma

relação sentimental, e existem desacordos e conflitos do cônjuge com a esposa e com uma das filhas.

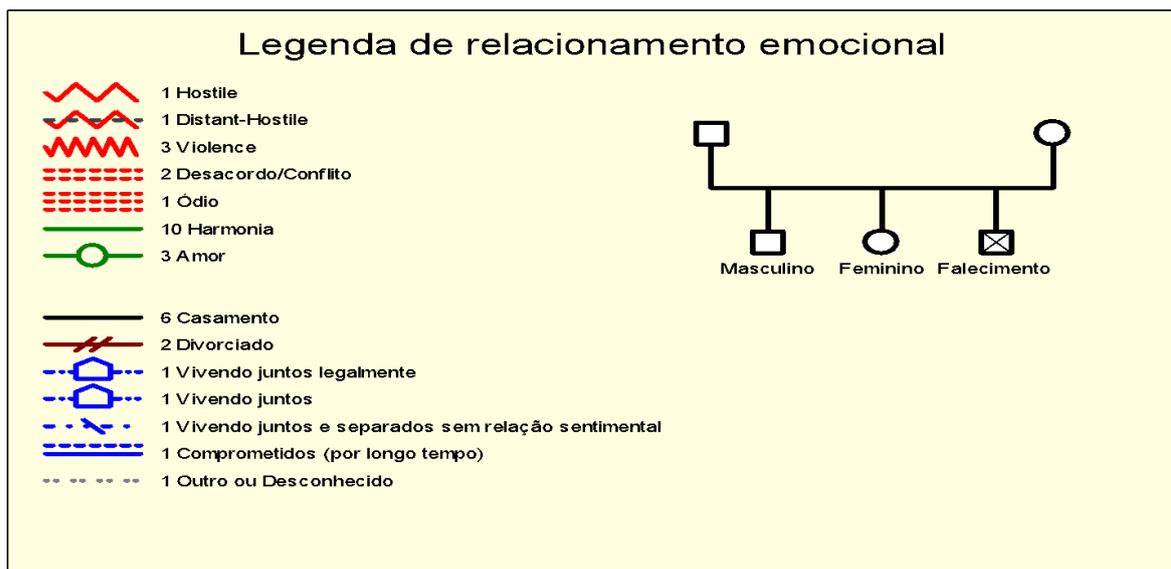
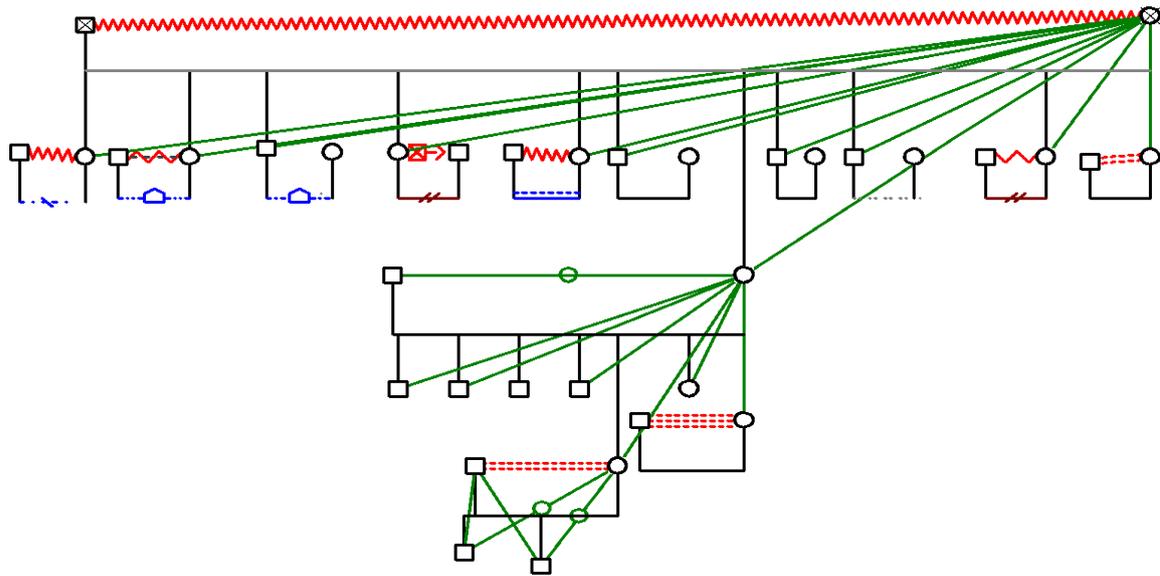
A representação gráfica acima corresponde à família de T1 que, de início, é representada pela relação conflituosa que os pais que tiveram enquanto em vida. Segundo a entrevistada os pais brigavam muito porque o casamento era arranjado, e o pai sendo mais velho que a mãe era mais “experiente” e também muito “mulherengo”. O ambiente familiar era cercado de hostilidade e brigas de desentendimento entre os pais. Segundo a entrevistada, seus pais viveram juntos até o fim da vida, morando na mesma casa, mas, distantes afetivamente.

Mesmo com a convivência difícil dos pais, a relação deles com os filhos era muito tranquila. É possível observar através da representação gráfica que uma das irmãs da entrevistada também sofreu violência de ordem moral e física por parte do cônjuge. Segundo a entrevistada o cunhado era a “cópia” do pai muito mulherengo.

É possível observar, através do genograma, que a irmã da entrevistada sofreu violência psicológica por muito tempo da parte do marido, mas melhorou ao longo do tempo. A filha da irmã mais velha, em decorrência das brigas e desavenças no ambiente familiar, passou a ter ansiedade por conta dos conflitos presenciados.

O genograma apresentado acima apresenta a representação gráfica de um sistema familiar composto por nove filhos da mesma mãe e do mesmo pai. É possível verificar três momentos em que mulheres da mesma família são vítimas de seus cônjuges, em três condições de violência, sendo elas: a moral, psicológica e a física. Cabe ressaltar que a entrevistada não se recorda de histórico de violência por parte da filiação tanto da sua mãe quanto do seu pai, pois não havia aproximação entre os membros.

T2



As representações do genograma de T2 começam pelos avós maternos e seus onze filhos. Os primeiros símbolos demonstram o falecimento de dois indivíduos que eram casados, porém assim como apresentado através do símbolo, mantinham uma relação de violência no contexto familiar. Dentre os filhos, seis são mulheres que estão divorciadas ou estão morando junto sem manutenção de laços afetivos.

A relação da mãe da entrevistada é apresentada pelos símbolos de amor pelo cônjuge e deles com os sete filhos. Em relação ao seu cônjuge é apresentado o símbolo de desacordo no que se refere a conjugalidade, porém de amor deles com os filhos. O símbolo dado à irmã da

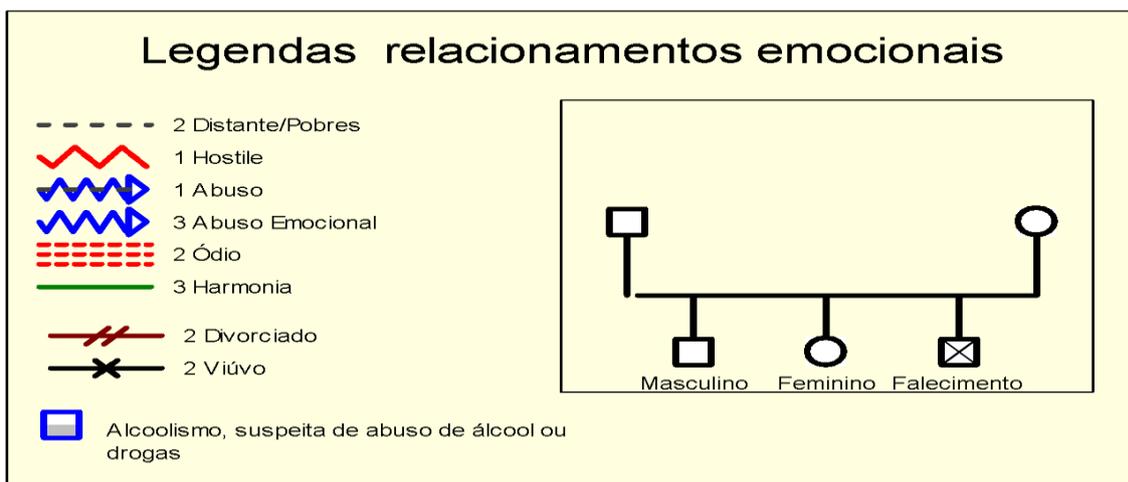
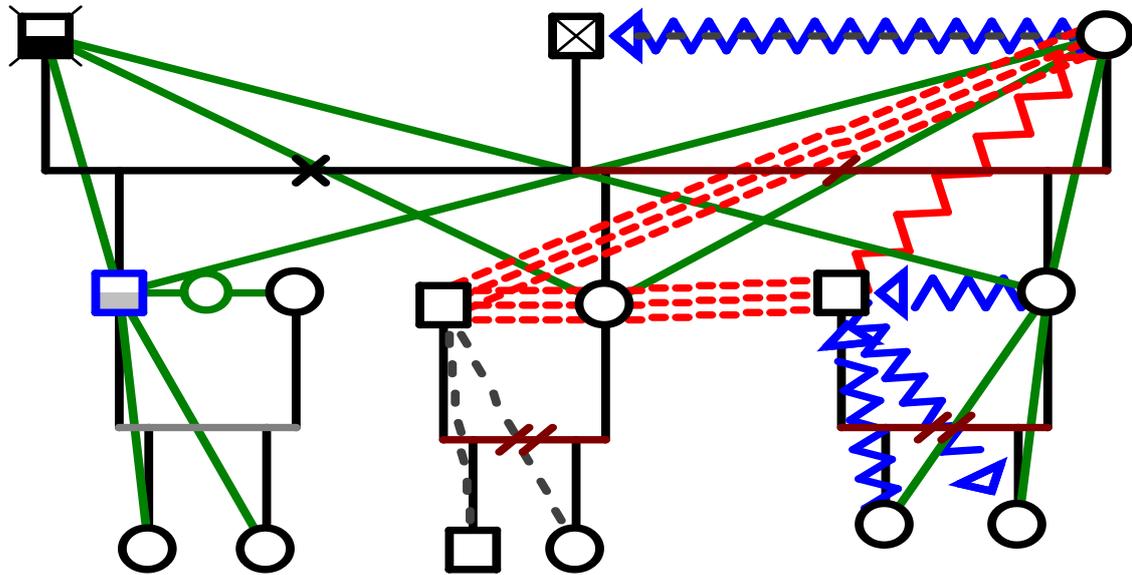
entrevistada demonstra o ódio daquela em relação ao cônjuge, em decorrência das violências vivenciadas dentro do contexto familiar, assim como descritas pela participante.

Na estrutura gráfica familiar de T2, a participante relata que, dentro na dinâmica familiar em que esteve enquanto criança, recorda-se que a avó materna sofreu violência no casamento, e que dessa união conjugal tiveram onze filhos, sendo sete mulheres e o restante homens. As sete filhas se casaram, e apenas uma, que é a sua mãe, não sofreu violência por parte dos seus cônjuges. As outras seis estavam e estão em situação de violência nos dias atuais.

Entretanto, em relação ao seus pais, T2 afirma que nunca presenciou brigas, e que criaram os sete filhos, três mulheres e quatro homens em um lar harmonioso. Porém, uma de suas irmãs ao se casar sofreu violência psicológica e moral, visto que o marido a traía e tirava das economias da família para dar para outras mulheres com quem mantinha uma relação extraconjugal. Por fim, a entrevista relata que ela própria sofreu agressão física no primeiro casamento, e, posteriormente, violência psicológica que ofendia sua imagem como mulher e esposa; e violência moral quando era traída e exposta para os conhecidos.

Neste genograma torna-se visível que há um processo de transgeracionalidade da violência conjugal. No primeiro momento há um aspecto muito importante que nos leva a esse entendimento: na primeira geração, a avó materna viveu uma situação de violência. Em seguida, já na segunda geração, suas filhas também estiveram em uma situação semelhante em que a única diferença eram as categorias de violência que estavam. Na terceira geração, a participante e sua irmã vivenciam o mesmo tipo de violência em que sua avó e tias estiveram.

T3



O genograma apresentado acima representa a estrutura gráfica da participante T3. Na representação é possível visualizar as ligações de falecimento do primeiro cônjuge, e a viuvez da mãe da entrevistada no segundo casamento. No primeiro casamento é possível visualizar uma ligação de abuso e no segundo casamento, o cônjuge possuía problemas com álcool, que são apresentados através da ligação de alcoolismo. Em relação aos filhos, é apresentada harmonia dos pais com os filhos, mas como pode ser visualizado no genograma, o filho apresenta uma situação de alcoolismo assim como o pai.

A entrevistada é apresentada com a ligação de divórcio e de ódio para com o ex-marido. Em relação aos filhos, existe uma ligação de distância do pai para com eles. A irmã da entrevistada também é representada com a ligação de divórcio e de abuso emocional dele, o ex-esposo, para com a ex-esposa e para com as filhas.

Segundo a entrevistada, dentro do que acompanhou da vida familiar, nunca soube ou presenciou alguma situação de desrespeito e violência entre os avós maternos e paternos, nem mesmo de suas tias. Entretanto, quando questionada sobre a relação dos seus pais, a entrevistada narra que a mãe sofreu muita violência no primeiro casamento pois o cônjuge se mostrava muito violento em decorrência do uso de substâncias psicoativas e do alcoolismo, e em diversos momentos usava de violência física e constantemente a ameaçava de morte, e por este motivo acabaram se separando.

O pai da entrevistada foi o segundo casamento da sua mãe, e dessa união vieram os três filhos. Segundo a entrevistada, seu pai, enquanto em vida, foi uma pessoa muito tranquila, muita pacata. Teve problemas com álcool durante muito tempo, mas, depois de um determinado tempo, por questões de saúde conseguiu largar o vício. Após um tempo, um de seus irmãos começou a ter o mesmo tipo de vício que seu pai tinha, porém de modo mais intenso, o que gerou muito desconforto na família.

Mesmo com o histórico de abuso por bebida, T3 afirma que seu pai não usava de nenhum tipo de violência dentro do sistema familiar, e que o casal conseguia manter bom relacionamento e assertividade nas decisões que cabiam ao lar. Em relação a si e a seus irmãos T3 relatou que sua irmã teve graves problemas no casamento relacionado à violência física por parte do seu companheiro, a ponto de ser espancada, de sofrer tentativa de homicídio e de tentativa forçada de suicídio.

Sobre a sua situação de violência vivida, T3 afirma que as situações mais difíceis que viveu em sua conjugalidade foram as violências de ordem moral, patrimonial e psicológica e sexual. Sobre a violência moral, segundo T3, por diversas vezes seu ex-marido falava mal dela para as pessoas, falava também da intimidade do casal, e inferiorizava a sua imagem para os conhecidos. Após a separação, a violência patrimonial se tornou um problema grave, pois o mesmo exigia a casa e, por vezes, ela recebeu ameaças relacionadas aos bens materiais que ambos conquistaram juntos.

Em relação à violência sexual a entrevistada diz que em alguns momentos se sentiu violentada durante as relações do casal, já que não existia nenhum tipo de sentimento de amor e afeto. Segundo ela, reconhecia que estava sendo usada apenas para necessidades fisiológicas de uma pessoa que a todo tempo se mostrava indiferente com seus sentimentos e que falava sobre seu corpo com intenção de comparar ao de outras mulheres que tinha na sua rede de relacionamentos extraconjugais.

Neste genograma ficam evidentes algumas particularidades desse caso. Primeiramente, o fato de que a mãe da entrevistada sofreu violência no primeiro relacionamento, e ao se casar

novamente, o atual cônjuge passou a cometer abuso no consumo de álcool, situação que seu filho reproduziu. A entrevistada, T3 se encontrou por muito tempo, em uma situação de violência, moral, patrimonial e sexual, até o momento que unificou forças e conseguiu se separar do indivíduo agressor, assim como sua irmã que após longos anos de violência física por parte do ex-marido conseguiu o divórcio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender os processos transgeracionais da violência conjugal e as influências que estas possuem dentro da dinâmica familiar dos envolvidos.

Os resultados da pesquisa demonstram que houve uma identificação de transmissão transgeracional da violência. Essa transmissão causou impactos na funcionalidade da dinâmica familiar provocando desconforto entre seus membros. A respeito das participantes destaca-se que todas são mulheres com curso superior, que recebem atendimentos no serviço escola de psicologia e que chegaram até o serviço em decorrência das violências sofridas por parte de seus companheiros.

Cabe destacar que muito se acredita que mulheres em situação de violência conjugal dependem financeiramente de seus parceiros, assim como de táticas relativas à sobrevivência e crenças. Nesse sentido se faz necessário compreender os aspectos socioeconômicos em que se encontram, pois, a dependência econômica contribui para o silêncio e para a permanência na relação pautada na violência, principalmente para as mulheres com maiores desvantagens socioeconômicas, que estão relacionadas à pobreza, as taxas de desempregos e aos locais de moradia.

Entretanto, a concepção de vulnerabilidade também está relacionada às fragilidades do vínculo conjugal, motivadas pela falta de outros elementos que complementem a satisfação dos cônjuges como o afeto, a intimidade, o respeito, e a liberdade que são regidos pelo princípio da igualdade e da mutualidade.

Contudo, no universo que compôs este estudo, uma característica em comum entre todas as participantes da pesquisa se refere ao nível de instrução que possuem. As participantes T1, T2 e T3 possuem profissão e curso universitário, assim como citado anteriormente, e como resposta a essas condições, as entrevistadas não se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Considerando que tiveram acesso ao ensino superior, quando questionadas sobre o tipo de violência sofrida, as participantes foram categóricas ao responder e expressar conhecimento sobre as atribuições que caracterizam cada modalidade de violência em que estão e estavam. Portanto, ao ter esse conhecimento o sofrimento se volta em torno de frustrações e cobranças pelo tempo em que resistiram e acreditaram na mudança do parceiro e na idealização que haviam construído sobre a conjugalidade.

A respeito dos impactos da violência sobre as participantes, T1, T2, e T3 afirmam que tiveram danos decorrentes dos momentos de violência com seus parceiros e que, devido a isso,

carregam consequências na saúde física e mental que provocaram danos nos âmbitos do desenvolvimento social, moral, psicológico e afetivo.

Como resposta a essa afirmativa, T1 relatou ter as fraturas corporais até o momento da pesquisa. Além dessas manifestações provenientes da violência física, fatores como ansiedade, desânimo e depressão, evidenciaram o comprometimento psicológico das participantes.

Sobre a vivência e histórias de violência na família de origem T2 e T3 relataram que, mesmo não presenciando, muitas histórias por parte dos familiares eram contadas sobre suas tias, primas e até irmãs que eram submetidas a estarem dentro de ambientes familiares estruturados pela violência.

Nestes ambientes a dominação do homem sobre a mulher era uma constante, mas não era possível romper o vínculo da conjugalidade, uma vez que, na época, os espaços de trabalho para as mulheres ainda eram limitados e não se visualiza outros modos de sustento a não ser com o cônjuge.

Isto não se configura na atual conjuntura, o que fica claro nas falas de T1 e T3 que relataram já possuir ensino superior antes mesmo do casamento. Estes relatos evidenciam que as mulheres estão cada vez mais dentro das empresas e nas universidades, e que o fator dependência financeira não se encaixa nos casos aqui estudados.

Os dados coletados apontam ainda que nos casos de T1, T2 e T3 o processo de transmissão psíquica transgeracional ocorreu em suas famílias de origem e perduraram até suas famílias nucleares. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram grandes disfuncionalidades e danos à saúde dos membros do sistema familiar, assim como o alto nível de ansiedade causado pelo ambiente hostil, que levaram essas mulheres a buscarem atendimento no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI) com propósito de modificarem essas relações emaranhadas, buscarem forças para ajudar os filhos que vivenciaram muita violência dentro do ambiente familiar, e então salvarem seus casamentos.

A participante T1 não soube responder se por parte de outros membros como tias, avós e primas, havia histórico de violência. Mas, em relação à sua mãe e uma de suas irmãs, a violência existia de modo contínuo, e se apresentava com a distância afetiva e nas modalidades de violência física, psicológica e moral. Por ocorrência dessas vivências de violência, as filhas de T1 e de sua irmã passaram a ter transtornos psicológicos por consequência do ambiente familiar carregado de agressividade que não se limitavam apenas as violências físicas.

No caso de T2, existe um processo de transmissão, assim como visto no genograma. É possível identificar que dentre as sete filhas da sua avó materna, apenas uma (sua mãe) não sofreu violência conjugal. Entretanto, as outras irmãs estão ou estiveram em uma situação de

violência conjugal, assim como T2 e sua irmã que também vivem uma situação semelhante a das tias.

No caso de T3 fica evidente que a mãe da entrevistada sofreu violência no primeiro relacionamento. Já no segundo relacionamento, o cônjuge passa a abusar de bebidas alcoólicas, fato que gera um desconforto no ambiente familiar, e em seguida o filho assume o mesmo comportamento do pai. T3 se encontra em uma situação de violência moral, patrimonial e sexual, assim como sua irmã.

Os resultados da pesquisa demonstraram que, em todos os casos, existe um processo de transgeracionalidade da violência conjugal que começou em suas famílias de origem, principalmente nas relações com seus avós, se estendendo aos seus tios, e pais até chegarem às suas gerações.

Os elementos da vida psíquica também foram transmitidos no interior das gerações, fato que seus membros podem ou não ter conhecimento, mas, cuja vida psíquica foi marcada de forma traumática entre as intergerações de um espaço psíquico a outro. Não houve a possibilidade de ressignificação e reestruturação, formando assim o denominado processo de transmissão psíquica transgeracional.

Assim como o esperado pela pesquisa, a conclusão desse estudo ocorreu a partir da análise das falas e da observação dos genogramas. É possível observar que o percurso para sustentar o matrimônio estava pautado em manter o legado familiar que invadiram suas vidas, e que estão ligados às histórias e heranças das famílias de origem. Estas pessoas, vítimas das diversas formas de violência, buscaram sustentação emocional muitas vezes no convívio familiar e na vivência religiosa.

Nesta perspectiva, faz-se necessário compreender os processos relacionais, pessoais e socioculturais envolvidos nas dimensões conjugais dessas mulheres e de suas famílias. Entende-se que não é uma tarefa fácil, e, neste contexto, a psicologia surge com um olhar diferenciado para a compreensão de experiências subjetivas e coletivas a partir das narrativas de mulheres que contam suas histórias.

É importante ressaltar que a partir do momento em que se enxergam na situação de violência, essas mulheres buscaram formas de amenizar esse sofrimento, por meio das redes de apoio que estavam abertas para as acolherem como amigos, familiares e instituições religiosas, assim como ajuda de psicólogos e/ou psiquiatras e não estão curadas de seus sofrimentos, antes, estão em um constante processo terapêutico.

Outro ponto importante é o fato de que esta pesquisa abarcou um universo de apenas três mulheres, entre 38 e 53 anos. Assim como já mencionado anteriormente, elas tiveram

acesso ao ensino superior, possuem conhecimento das modalidades de violência que sofreram por parte dos cônjuges, e não se encontram em uma situação de vulnerabilidade social. Por esta razão, este estudo, não pode ser usado para servir de parâmetro para abarcar todas as realidades de violência conjugal existentes tanto de quem faz atendimento no Serviço Escola de Psicologia (SEPSI), como de quem não tem acesso à essas modalidades de serviço.

Portanto, recomenda-se a produção de outras pesquisas, realizadas em um universo superior ao desse trabalho, contemplando mulheres vítimas de seus cônjuges, que se encontram em uma situação de violência, de vulnerabilidade social e afetiva, e que não tiveram acesso ao ensino superior, mas que buscaram ajuda em serviços de apoio.

Por fim, este estudo revela a necessidade de que sejam desenvolvidos projetos de natureza multidisciplinar voltados para a orientação familiar de mulheres em situação de violência. Um exemplo seria o oferecimento de palestras educacionais regulares sobre questões que afetam o cotidiano de vida das mulheres, suas famílias e que geram possibilidades de mudanças e melhoria em sua saúde física e mental que estão afetados por decorrência das violências.

Essa pesquisa deixa claro que é preciso dar atenção às singularidades das experiências e vivências de violência de mulheres de diversas classes sociais. Assim, a produção de conhecimento sobre essa temática é fundamental para subsidiar construções teóricas e futuras intervenções, tanto em nível público quanto privado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A força do legado transgeracional numa família. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 2, n. 10, p.215-230, nov. 2008.
- BRASIL. Ministérios da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- COLOSSI, Patrícia Manozzo; MARASCA, Aline Riboli; FALCKE, Denise. Violência conjugal e família de origem: Uma revisão sistemática da leitura de 2006 a 2011. **Temas em Psicologia**, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p.221-243, jan. 2013.
- CAMPOS, Suzana Oliveira; COMIN, Fabio Scorsolini; SANTOS, Manoel Antônio dos. Transformações da conjugalidade em casamento de dura ligação. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.69-8901, jan. 2017.
- COMIN, Fabio Scorsolini; SANTOS, Manoel Antônio dos. Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. **Contextos Clínicos**, Uberaba, v. 9, n. 1, p.32-50, fev. 2016
- COMIN, Fabio Scorsolini et al. Relações entre conjugalidade dos pais, conjugalidade dos Filhos e Bem-Estar Subjetivo. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 20, n. 3, p.481-492, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n3/2175-3563-pusf-20-03-00481.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- CAMÍCIA, Edgmara Giordani; SILVA, Stefany Bischoff da; SCHMIDT, Beatriz. Abordagem da Transgeracionalidade na terapia sistêmica individual: um estudo de caso clínico. **Pensando Famílias**, Serra Gaúcha, v. 1, n. 20, p.68-82, abr. 2016
- Deeke, Leila Platt et al. **A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro**. *Saude soc.*, Jun 2009, vol.18, no.2, p.248-258. ISSN 0104-1290
- FALCKE, Denise; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). Reflexões sobre a violência Conjugal (Diferentes contextos, múltiplas expressões). In: WAGNER, Adriana; COLABORADORES. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: Pesquisas e Reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 4. p. 73-208.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; DINIZ NETO, Orestes. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 46, p.269-278, ago.
- GRIBOSKI, Rejane Antonello. Mulheres trabalhadoras rurais e violências por parceiros íntimos. 2015. 163 f. Tese (Doutorado em Enfermagem)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/13.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FALCKE, Denise; OLIVEIRA, Denise Zagonel de. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, Vale do Rio do Sono, v. 2, n. 2, p.81-90, 22 fev. 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: Ufrgs, 2009. 120 p.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Homens desvelando as formas de violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 21, n.2, p. 262-267, 2008. GOMES, Nadirlene Pereira et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p.2-9, dez. 2012.

LEI MARIA DA PENHA. Lei nº 11340/06, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF.

HAMEISTER, Bianca da Rocha. **CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE: a reverberação do conflito conjugal na família**. 2015. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

MEDEIROS, Ana Paula. **Psicodinamismos de tendência antissocial: um estudo transgeracional**. 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. Violencia intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado a cena pública. **O Social em Questão**, São Paulo, v. 1, n. 28, p.13-26, maio 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal á saúde individual e coletiva. In: Sousa ER, organizadores. Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro, p 50-150, 2010.

NOGUEIRA, Conceição. **Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social**. *Psic.: Teor. e Pesq.*[online]. 2008, vol.24, n.2, pp.235-242. ISSN 0102-3772.

NICHOL, M.P, & SCHWARTZ, R.C **Terapia familiar- conceitos e métodos** (2ª ed0. Porto Alegre; Artmed, 2007.

NUNES, Amália Silva. Violência conjugal. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 141-7, mar. 2003. ISSN 2182-5181. Disponível em: <<http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/9922>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

OLIVEIRA, Débora Silva de. Conjugalidade e a união de duas histórias de vida: Uma discussão ilustrada a partir do filme "A história de nós dois". **Interação Psicologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 16, p.125-133, out. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

Pellegrini, P. G., Silva, I. M., Barreto, M., & Crepaldi, M. A. (2015). Diferenciação do adulto jovem: Um estudo de caso em atendimento familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 114-129.

PAIXÃO, Gilvânia, NASCIMENTO, Patrícia et al. Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Salvador, v.1, n.71, p.190-196, fev.2018.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse analysis** In: SMITH, J. A.; HARRÉ, H.; LANGENHOVE, L. V. (org.) *Rethinking methods in Psychology*. Londres: SAGE, 1995, p. 80-92.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

SALIBA, O. *et al.* Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação dos casos de violência doméstica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.41, n.03, p. 472-477, 2007

SOUZA, Patrícia Alves de; ROS, Marco Aurélio da. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 40, p.509-527, out. 2006.

REIS, M. J. *et al.* Vivências de enfermeiros na assistência à mulher vítima de violência sexual. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.44, n.02, p.325-331, 2010.

ROSA, Larissa Wolf da; FALCKE, Denise. Violência conjugal: Compreendendo o fenômeno. **SPAGES**, São Leopoldo, v. 1, n. 15, p.17-32, mar. 2014.]

ROSA, A. G. *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.17, n.3 p.152-160, 2008.

ROLIM, Kamêni Iung; FALCKE, Denise. Violência conjugal, Políticas Públicas e redes de atendimento: Percepção de Psicólogos (as). **Psicologia: Ciência e profissão**, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 4, p.939-955, out. 2017.

SANT'ANNA, Tatiana Camargo; PENSO, Maria Aparecida. **Transmissão geracional da violência na relação conjugal**. Brasília: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 33, n. 11, 12 out. 2016.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó, LETTIERE, Angelina. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2010, vol.19, n.3, pp.417-424. ISSN 0104-0707. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072010000300002>.

SALVADOR. Superintendência de Políticas para Mulheres. SPM promovendo políticas para todas as mulheres: dados estatísticos. Salvador: Superintendência de Políticas para Mulheres, 2009. Disponível em: <<http://www.spm.salvador.ba.gov.br/in>

SILVA, I. M.; MENEZES, C. C.; LOPES, R. C. S. (2010). Em busca da "cara-metade": Motivações para a escolha do cônjuge. **Estudo de Psicologia**, 3(27), 383-391.

SILVA, João Ricard Pereira da. **VONTADE DE FAMÍLIA**. 2014. 346 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12059/1/TESE>>. Acesso em: 27 set. 2018.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; MOREIRA, Deborah Pedrosa; LIRA, Samira Valentim Gama. **Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos**. Fortaleza: Eduece, 2016. 435 p.

VIEIRA, E. M.; PERDONA, G. S. C.; SANTOS, M. A. Fatores associados a violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviço de saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 4. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000400013&tlng=pt>. Acesso em: 01 fev. 2019.

WAGNER, A., & FALCKE, D. (2001). Satisfação conjugal e transgeracionalidade: Uma revisão teórica sobre o tema. **Psicologia Clínica**, 13(2),1-15.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p.797-807, out. 2007.

SILVA, P. A. *et al.* Notificação da violência intrafamiliar contra criança e adolescentes na percepção dos profissionais de saúde. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v.06, n. 02, p.56-62, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo (Org.). **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Brasil, 2015.



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

APÊNDICE-A

Entrevista semiestruturada da pesquisa direcionada para vítimas de violência conjugal: **“A Transgeracionalidade da violência conjugal e seus impactos nas relações familiares”**.

Nome:

Idade:

- 1: Por quanto tempo, você esteve/está nessa situação de violência?
- 2: Você tem filhos? Se sim, quantos?
- 3: Qual sua ocupação atual?
- 4: Quanto tempo de relacionamento você está/esteve com o/a agressor/a?
- 5: Você tem alguma história de violência na família de origem?
- 6: Qual o tipo de violência você sofreu por parte desse cônjuge?
- 7: Você passou a ter problemas de saúde durante ou após as agressões?
- 8: Conte me um pouco do início da sua história de violência.



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Josiane Ribeiro Freitas, acadêmica pesquisadora do curso de Psicologia, orientada pela Professora Mestre Cristina D’Ornellas Filipakis Souza no Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), no domínio do projeto de pesquisa intitulado “A Transgeracionalidade da violência conjugal e seu impacto nas relações familiares” convido você para participar dessa pesquisa, que é um trabalho de conclusão de curso (TCC).

- O procedimento metodológico desse estudo é de pesquisa de campo, de cunho exploratório e de natureza qualitativa, já que se pretende reunir o máximo de informação possíveis acerca dessa temática.
- Essa pesquisa tem por objetivo identificar os percursos dos processos transgeracionais da violência conjugal e como tal se expressa no ambiente familiar, juntamente com as extensões decorrentes da transgeracionalidade, que interferem na funcionalidade das relações familiares.
- Justifica-se essa pesquisa mediante a extrema dificuldade de dados que apontem a violência conjugal na mesma proporção tanto para homens quanto para as mulheres, bem como compreender como tais comportamentos provém de antecedentes de violência familiar, que correspondem as taxas de violência conjugal, com o intuito de esclarecer os mecanismos envolvidos no surgimento da perpetuação da agressão que subsidiará na melhor compreensão para a atuação de profissionais da psicologia que atuam nas demandas familiares.

Participante

Acadêmica pesquisadora

Pesquisadora responsável

- A pesquisa será realizada entre os dias, 15(quinze) de março a 15 (quinze) de de abril. A coleta desses dados acontecerá no serviço escola de Psicologia - SEPSI, localizado no Núcleo de Atendimento a Comunidade- NAC, situado na Avenida JK, Plano Diretor Norte, Palmas- TO CEP: 77006-902. Os gastos para que você se desloque até o local da entrevista serão ressarcidos pela pesquisadora responsável desta pesquisa, baseando-se no valor da passagem do transporte público na data da pesquisa. Aos participantes fica garantida a indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial.
- A entrevista terá duração de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, durante esse tempo serão realizadas algumas perguntas decorrentes de uma entrevista semiestruturada para que os dados relevantes da pesquisa sejam coletados e posteriormente analisados pela pesquisadora. Será utilizado um gravador para que os dados sejam coletados com maior fidedignidade. As informações coletadas serão reunidas e analisadas pela pesquisadora em seu trabalho acadêmico. Você terá livre acesso a este trabalho após a sua conclusão, e em nenhum momento serão divulgados seu nome, seus dados pessoais ou informações que comprometam sua integridade.
- Com intuito de resguardar as informações obtidas, a pesquisadora se compromete em proteger as informações apuradas, conforme o que está prescrito no código de ética do profissional de Psicologia, e na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que dispõe das pesquisas com seres humanos. Os áudios coletados durante a entrevista serão convertidos em áudio MP3, transcritos para CDs e guardados na coordenação do curso de Psicologia por um período de 5 (cinco) anos.
- Caso você tenha interesse em visualizar o genograma que é uma representação gráfica da família que será construído pela pesquisadora com as informações coletadas das suas narrativas, você terá acesso livre a tal documento. Cabe aqui dizer que se em algum momento você se sentir desconfortável e desistir de sua participação na pesquisa nenhum dano de qualquer ordem lhe será acometido, bem como em nenhum momento seus dados pessoais ou informações relevantes a sua vida serão expostos. Serão geradas duas vias desse documento, uma será entregue a você e a outra ficará arquivada na coordenação de Psicologia no Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
- Essa pesquisa trará benefícios que estão relacionados com a colaboração da construção de manejos técnicos, bem como a contribuição no que tange a estudos científicos em

relação a essas temáticas. A você participantes os benefícios se direcionam ao visualizarem no genograma o processo da transmissão transgeracional, que podem, ou não, estar em suas histórias, assim como trabalhar em terapia o rompimento da transgeracionalidade da violência conjugal em seus relacionamentos.

- Os riscos decorrentes dessa pesquisa podem ser relacionados as possibilidades de revivência a partir de um novo contato com o sofrimento, podendo causar transtornos psicológicos, bem como uma possível exposição de nomes ou dados pessoais, assim como uma possível quebra de sigilo
- Com intuito de resguardar as informações obtidas dos participantes, a pesquisadora se compromete em proteger as informações apuradas, conforme o que está prescrito no código de ética do profissional de Psicologia, e na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que dispõe das pesquisas com seres humanos. Os áudios coletados durante a entrevista serão convertidos em áudio MP3, transcritos para CDs e guardados na coordenação do curso de Psicologia por um período de 5 (cinco) anos.
- As informações coletadas serão reunidas e analisadas pela pesquisadora em seu trabalho acadêmico. Você terá livre acesso a este trabalho após a sua conclusão, e em nenhum momento serão divulgados seu nome, seus dados pessoais ou informações que comprometam sua integridade. É seu direito ter acesso aos resultados deste estudo, portanto, uma vez encerrada a pesquisa, será feito o contato marcando um encontro com você para apresentá-los.
- Esse projeto será aplicado pela pesquisadora acadêmica Josiane Ribeiro Freitas, conferida pelo número telefônico (63) 9 91138658, psicóloga em formação, orientada pela Prof.^aMe. Cristina D'Ornellas Filipakis, ambas vinculadas ao Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
- Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este tudo você deve ligar para a Coordenação de Psicologia do CEULP/ULBRA, situada no Prédio 2, Sala 208, (63) 3219-8072 ou mesmo entrar em contato com o Comitê de Ética em Psicologia (CEP) do CEULP/ULBRA, situado no Complexo Laboratorial no prédio 5, no 1º piso, sala 541 por intermédio do telefone (63) 3219-8076 ou pelo e-mail etica@ceulp.edu.br localizado na Avenida Teotônio Segurado, Palmas- TO CEP 77.019-900.
- Considerando que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimento e riscos decorrentes deste estudo,

declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Palmas, de de 2019

.....

Assinatura da participante

.....

Assinatura da pesquisadora

.....

Assinatura pesquisadora acadêmica